

Esquerda Socialista

Director: Augusto Mateus

Órgão do Movimento de Esquerda Socialista

Ano I - N.º 19 / 5 Março de 1975 Preço 3 5 00

CANDIDATURA REVOLUCIONÁRIA: ORGANIZAR AS MASSAS

O aprofundamento da crise política em curso, lido e tudo com o agravar das condições da vida das massas trabalhadoras, torna cada vez mais decisivo o período que se avizossa.

Cada vez mais claras se tornam as projectos da burguesia, ao nível do poder político, do M. F. A. e das Forças Armadas e do aproveitamento em seu favor da crise económica.

Cada vez mais claramente o reformismo se afirma como aquilo que efectivamente é: a incapacidade de construir um projecto de poder verdadeiramente alternativo ao poder burguês, a incapacidade em organizar as massas para a luta anticapitalista; a impossibilidade de contribuir para o avanço da luta emancipadora dos trabalhadores, a negação da revolução socialista.

Cada vez mais claras se tornam as limitações que o M. F. A. encontra em se libertar de muitos aspectos da lógica democrático-burguesa e da tela com que as forças do capital, perante a falência reformista e o insuficiente avanço da luta de massas, vão criando.

Cada vez mais, também, assistimos a uma situação em que as classes ganhem a sua identificando-se claramente em volta da defesa de interesses antagónicos irreconciliáveis no âmbito de uma solução democrático-burguesa.

Nesta situação, do que for a institucionalização do M. F. A. dependerá muita coisa. Dependerá ou a limitação das poderes de uma futura Assembleia Constituinte da maioria burguesa, abrindo uma nova fase de luta política, ou a redução deste processo a uma retrega entre as forças burguesas interessadas na dissolução do M. F. A. e as forças que, sob a direcção do P. C., jogam na institucionalização do M. F. A. para o desenvolvimento da revolução democrática, adiando quando muito a vitória de uma solução burguesa para a crise actual.

Continua na pág. 2

ITT/CIA por uma organização inter-empresas



Em luta contra esta estado actual das coisas, os trabalhadores da ITT Semi-Condutores, realizaram na última quinta-feira o seu

5.º Plenário no Teatro Gil Vicente de Cascais que ficou repleto fundamentalmente de operárias, e, na generalidade, muito novas.

A ITT Semi-Condutores é uma divisão da Standard Eléctrica. Como em quase todos os casos desta natureza, compra uma matéria-prima já elaborada (peças) a organizações de multinacional noutros países, montando e testando cá o produto acabado que volta a exportar.

Em Portugal talvez ninguém melhor que os operários das multinacionais, e em especial os do ramo da electrónica, está em condições de entender o significado real de palavras como imperialismo e neo-colonialismo.

Ninguém melhor do que eles possui as condições práticas para compreender o significado da exploração da força de trabalho pois que, ao longo dos anos têm sido os operários da indústria electrónica das empresas multinacionais que mais têm experimentado a sobre-exploração da mão-obra barata, so-

breitudo feminino e infantil, que por mais tenra melhor se molda, utiliza e dita forma. O proletariado encerra-se à de ter mais filhos e filhas. Necessário é que sobrevivam até aos dezasseis ou dezasete anos, pois que então, se tiverem bons olhos e dedos ágeis, o capital «arranja» e social democratas se necessário, lá estará de gola aberta, viscosa, «liberal».

Continua na pág. 2



M.E.C. provoca estudantes

Tendo em conta todo um conjunto de informações recolhidas pelos seus militantes distribuídos pelos principais processos que atestaram em diversos pontos do País, os Núcleos Estudantes de Intervenção Política elaboraram agora, a nível nacional, uma análise mais detalhada sobre o que têm sido as movimentações de resposta ao M.E.C. sobre as médias de dispensa a exames.

Assim, consideram que: 1-º O despacho relativo às médias de dispensa partiu do sector mais reacçãoário do M.E.C. (acontecendo inclusivamente que nes-

te ministério o saneamento dos elementos fascistas continus sem ser feito).

b) Este despacho reflecte a mudança de posição por parte do M.E.C., o qual, desde há algum tempo, vem constatando a sua impossibilidade de controlar as escolas e criar nalgas um clima de «normalidade» propício a uma aplicação sem problemas de um projecto de reestruturação do ensino de acordo com as actuais necessidades do capitalismo português, cozinheiro, como é costume, nos gabinetes, ou seja, nas



EDITORIAL

Continuação da pág. 1

Nesta situação só a luta ofensiva dos trabalhadores, a organização das massas na luta anticapitalista e na resolução dos seus problemas mais imediatos, e a criação do poder operário e popular podem permitir um aprofundamento da crise política em que a burguesia se debate e o avanço da luta pelo socialismo. O sacrifício destes objectivos ao legalismo, gradualismo e eventualismo só levará à recuperação pela burguesia da actual crise.

Nesta situação a única candidatura revolucionária à Assembleia Constituinte é aquela que se afirma claramente como comunista e, portanto anticapitalista, é aquela que se faça na defesa da autonomia dos interesses de classe do proletariado e na propagação das suas experiências de luta, é, sobretudo, aquela que tenha como objectivo prioritário, utilizar o terreno eleitoral para reforçar a organização do movimento de massas. Só assim a lógica eleitoralista pode ser ultrapassada, só assim os limites do processo eleitoral podem ser desafiados.

Fortalecer o movimento de massas em torno de objectivos anticapitalistas é pois a tarefa fundamental a levar por diante. Uma candidatura revolucionária à Constituinte tem portanto de privilegiar o terreno da luta de massas e, sobretudo, contribuir para o combate aos problemas que cada vez mais atingem as massas trabalhadoras, desemprego e subida do custo de vida.

Organizar as massas para a luta é combater todos os que as pretendem substituir de massas. É combater o voto burguês que coloca os trabalhadores a escolherem quem deve fazer aquilo que só a eles lhes compete. É, confiando na capacidade revolucionária da classe operária, a tarefa essencial das forças revolucionárias na situação actual.

Os N.E.I.P. face à greve

Continuação da pág. 1

costas dos estudantes. Daqui se conclui, que com o despacho referido, pretendeu o M.E.C. provocar os estudantes, conduzindo-os a um surto de greve que, em consequência da desmobilização que estes processos costumam criar pela não presença dos estudantes nas suas escolas, daria uma justificação àquele Ministério para uma tomada de medidas que assumisse como última forma o encerramento dos liceus e técnicas (como já aconteceu no liceu de Cuiçal, etc.) surgindo assim, com as escolas fechadas, amplas possibilidades ao M.E.C. de, por um lado, fazer a tal reestruturação do ensino nos termos já referidos e nas costas dos estudantes e por outro lado resolver pela anulação desse ano, o problema da pressão universitária contra a selecção burguesa (serviço cívico) e aproveitar a oportunidade para instaurar processos disciplinares a alunos e professores progressistas que põem em causa o actual ensino e o sistema social que este serve responsabilizando-os pelo fecho das escolas.

2-a) Presentemente ao nível político global com o objectivo de formar uma frente anticomunista e um reforço das alianças eleitorais

(C.D.S./P.D.C.), a direita tem apoiado activemente o processo de greves desencadeado ultimamente, colaborando assim com o M.E.C. na sua tentativa de fecho das escolas para uma reestruturação «em paz» do ensino em termos capitalistas; resistindo à direita incentivar a criação de motivos porque, fora da escola, esta possa fazer, hoje, na existência de um clima de «anarquia» para que amanhã se possa vir a apresentar como «salvadora da Pátria e da ordem social».

b) Alguns grupúsculos que se apudam de esquerda, não passando no entanto de pseudo revolucionários (C.E.U.R.S., F.R.E.P., etc.) devido à sua tática estrita de reprodução de quadros, sobrepõem neste momento essa mesma tática a uma análise correcta da actual situação escolar e política em Portugal, chegando mesmo ao ponto estabelecer alianças com forças fascistas (J.C. e J.S.) numa tentativa desesperada de controlar o actual processo, e, em consequência dessas mesmas alianças acabando por cair numa actividade reformista de mera reivindicação pequena-burguesa de um abajamento das médias de despesa, que, sem por em causa a selecção burguesa e o sistema que a origina e sustenta, de for-

ma alguma se liga à luta dos trabalhadores.

Assim, a posição dos N.E.I.P. face às greves deste momento é de considerar que a greve, pelo seu carácter desmobilizador a pelas razões enunciadas acima, serve objectivamente os interesses do M.E.C. e permite uma consolidação da direita, isto não deixando no entanto da reconhecer, que, em alguns casos isolados, essas greves, assumindo uma óptica de denúncia da selecção burguesa e portanto anticapitalista, se podem considerar como um passo em frente no avanço da consciência dos estudantes.

Desde modo decidimos propor o seguinte:

Um descomprometimento político total relativamente ao actual processo grevista.

Uma acção coordenada a nível nacional que ultrapasse a simples reivindicação de decisão de média de 14 para 12, e de 12 para 10, mas que coloque no centro do processo, através de discussões e acções concretas em volta de objectivos como:

avaliação da aprendizagem, saneamento total das escolas e do M.E.C.

acções de ligação efectiva à luta dos trabalhadores, alternando com aulas de acordo com a mobilização em cada caso.

3) Além disso, partindo da experiência que nos diz que uma greve não pode manter-se indefinidamente, e que há que encontrar novas formas de luta que permitam a continuação do processo, pensamos que, nas diferentes escolas, da

acordo com a sua mobilização, se deve:

a) Nas escolas ainda não em greve avançar com uma luta pelo funcionamento da escola, passando por uma mobilização e consciencialização dos estudantes face a este processo, perspectivando politicamente.

b) Nas escolas em greve sem possibilidade de revogação desta, lutar pela continuação da mobilização possível dos estudantes, preparando-se para que a actual situação (em geral desmobilizadora) seja ultrapassada. Lutando assim dentro da greve mas sem por isso nos comprometermos politicamente com ela.

c) Nas escolas em greve com possibilidades de revogação desta, avançar com uma proposta de fim à greve tentando no entanto aproveitar o actual contexto para dinamizar de forma especial a criação e desenvolvimento do poder de turmas, com base em discussões a nível de turma sobre os métodos de avaliação, tentando-se por este meio, e já que as actuais circunstâncias condicionam um não à greve, entrar o processo selectivo burguês, pela decisão de uma exigência de participação poderosa nas turmas na avaliação de conhecimentos de cada um dos seus elementos (ou seja) criando nas turmas uma forma de poder de tal modo forte que imponha uma participação e influência determinante da turma na decisão de se este ou aquele aluno está apto ou inapto e deve ou não dispensar adaptando os modos de classificação a cada caso.

A burguesia pretende iludir o povo

A propósito da abertura da sede, o núcleo do M.E.S. de Coimbra emitiu o seguinte comunicado:

As eleições estão à porta. Quanta energia e quanto dinheiro irão ser gastos numa campanha durante a qual a maior parte dos partidos mais não farão do que procurar esconder os problemas reais do povo português com uma propaganda oca e cara. Nada virão trazer de positivo ao processo revolucionário que não precisa de votos para se legitimar a muito menos para avançar. A burguesia vai enfrentar os trabalhadores num terreno da sua especialidade — o do sufrágio universal secreto, como forma de delegação de poderes. A burguesia vai esforçar-se por iludir o povo. Vamos ver os fascistas doutores vestidos de uma democracia pelavosa. Vamos ver os que nunca foram resistentes e não foram nunca capazes de levantar um dedo contra o fascismo, proclamar o seu amor à liberdade e ao progresso. Vamos ouvir a burguesia falar em vários tons sem dizer nada. Mas o desemprego, esse

vai continuar, o custo de vida não parará de subir. A burguesia tem bibliotecas inteiras para analisar todos esses problemas, tem técnicos habilitados para explicarem até ao detalhe mais insignificante como tudo se passa, jogando com notas de banco e trabalhadores, tudo reduzido a números malditos no mesmo saco. Bibliotecas que se resumem num objectivo simples, assegurar e disfarçar a exploração de que os trabalhadores são vítimas.

É preciso pois atentar as máscaras da realidade que os trabalhadores sofrem na carne, denunciando o sentido e a raiz do desemprego, que se não pode entender como fatal, quando há tantas necessidades por satisfazer, tantos recursos por aproveitar, que só se pode compreender pela deformação de um aproveitamento racional dos recursos, em prol do lucro dos capitalistas. É preciso denunciar os mecanismos que com a mesma origem, levam à subida constante do custo de vida, à desvalorização permanente dos salários reais.

A luta dos trabalhadores será a única alavanca capaz de tornar eficaz o desmascaramento que em teoria se tem de fazer incessantemente. Tão incessantemente como a burguesia procura camuflar a realidade.

É neste sentido que o M.E.S. continuará a lutar, com a preocupação de projectar, sempre em termos de uma sociedade sem classes as lutas imediatas e as questões políticas que em cada momento se lhe depaírem. Por isso, eleitores dos trabalhadores, e o povo em geral, contra o que, com cantos de senão, sobre uma «liberdade» que não definem, preparam ou abrem caminho ao regresso dos que nos oprimiram durante quase meio século.

As eleições serão sempre pouco para os trabalhadores como solução, ou via de solução, para os seus problemas, mas poderão ser muito a favor da reacção capitalista, se a direita conseguir iludir o povo e suficiente para o fazer votar nos representantes da burguesia.

Mobilizemo-nos pois, todos, contra a ofensiva da

burguesia capitalista, contra as suas paragonas, para que o processo revolucionário sofra o menos possível; para que, pelo contrário, se criem as condições para um verdadeiro poder popular, para um democracia que constantemente se aprofunde no sentido do socialismo e da sociedade sem classes. Só assim os trabalhadores poderão deixar de pagar a crise do capitalismo, só assim se abrirá o caminho para a liberdade autêntica, vivida nas fábricas, nos campos, nas escolas, nas ruas, dia a dia directamente, colectivamente, e não de tanto em tantos anos resumida no acto de votar, individualmente, isoladamente.

Contornemos a cidade das eleições burguesas, enfrentemos os candidatos-delegados da burguesia, para podermos evitar outras cidades e caminhos para uma sociedade sem exploradores, sem explorados, e sociedade socialista. Comissão Coordenadora do Núcleo de Coimbra do M.E.S.

Contra as manobras da direita.

Contra o fecho das escolas

Contra a selecção burguesa

Não à greve desmobilizadora

Pela criação de contra poderes na turma

Por uma prática anticapitalista

Por uma ligação efectiva à luta dos trabalhadores

N.E.I.P. — Núcleo Estudante de Intervenção Política.

HORÁRIO DA SEDE DO JORNAL	
2.ª-3.ª-Feira	17.00/20h 21.30/24h
4.ª-Feira	11.00/13h 17.00/20h 21.30/24h
5.ª-6.ª-Feira	17.00/20h 21.30/24h
Sábado	18.00/20h
Domingo	18.00/20h 21.30/24h



O M.I.R. está vivo

Do Comitê América-Latina (CAL) recebemos o comunicado que publicamos na íntegra:

O Comitê América Latina (CAL) manifesta a sua preocupação diante do surpreendente teor de uma nota sobre a situação chilena publicada no último número do semanário "Semi-pre-Fixe".

Sob o título: **Chile: O MNR rende-se** o semanário reproduz informações emanadas de um programa de televisão organizado em Santiago pelos organismos de acção psicológica da repressão chilena assistida pela C.I.A. Neste programa de claro conteúdo provocatório foram apresentados quatro indivíduos que fizeram uma série de afirmações totalmente inverídicas a respeito do Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR), uma das forças da resistência chilena. Entre outras provocações estes indivíduos exortaram aos militantes deste organismo ao abandono da luta.

Como tantas outras iniciativas, sempre rapidamente desmentadas, esta provocação da Junta fascista de Pinochet visa zombar o conjunto da resistência chilena. Pretende somar a confusão e propagar mentiras tanto do plano interno quanto a nível internacional.

É notadamente conhecido por todos aqueles que combatem o fascismo e o imperialismo o vulgar método policial que consiste em fazer passar agentes provocadores por militantes revolucionários «aprendizados» e fazê-los propagar mentiras a respeito de organizações revolucionárias. É igualmente conhecido o método que consiste em obrigar, mediante torturas e «lavagens cerebrais»,

com simpatizantes das forças anti-fascistas e lerem publicamente declarações previamente elaboradas pela repressão. Estes métodos não surpreendem a ninguém, tal como a tortura, o assassinato e o massacre são armas constantes do fascismo e do imperialismo.

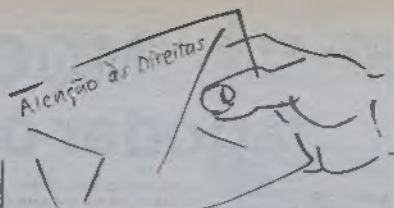
O que provoca surpresa e preocupação é o facto de um semanário da inequívoca trajetória progressista ter caído, acreditamos inadvertidamente, nesta provocação fascista ao reproduzir sem nenhum senso crítico tais informações.

A organização revolucionária em questão assim como todas as outras forças que compõem a resistência chilena já deram provas abundantes e inequívocas da sua disposição inquebrantável de lutar contra o regime pinochetista até à sua destruição final.

O CAL denuncia firmemente esta provocação montada pela Junta de assassinos que oprime o povo chileno. Fiel ao seu objectivo de informar o Povo Português e prestar solidariedade aos povos irmãos de América Latina não poderia deixar de manifestar a sua preocupação pela maneira nada responsável com que foi tratado este episódio pelo referido semanário.

O Povo português profundamente conhecedor dos métodos de repressão e propaganda fascistas empregados aqui durante 48 anos não se deixará enganar pelas manobras desastrosas da ditadura de Pinochet.

A heróica resistência chilena não se rende nem jamais se rendeu. Perseverará e avança em seu combate unitário contra a Junta fascista e o imperialismo que a sustenta.



De um camarada recebemos a carta que a seguir publicamos:

Depois de um breve lapso de tempo de atemorização, os chacais reaccionários emergem pelas Beiras, Minho, Trás-os-Montes e um pouco por todo o País, ensaiando-se e organizando-se para oportunamente tentarem o assalto.

De um modo aparentemente incompreensível e perante a estupefacção dos portugueses, a Reacção institucionaliza-se, «legaliza-se» em partidos «à sombra da liberdade que deseja destruir, para em altura que julgue oportuna tentar o salto de morte sobre a jovem Democracia que estamos a construir. Se é evidente que as F. A. estão vigilantes, como garante o pilar do Portugal Novo, e observam atentas as manobras reaccionárias, melhor seria decapitar já a hidra, evitando ter de o fazer eventualmente mais tarde.

Após a intenção de Setembro e a dissolução da tripartite célebre F.D.U. — Frente Democrática Unida, constituída pelos ministros partidos do Progresso, Liberal e Trabalhista — este ainda dá sinais de vida — o já famigerado C.D.S. organizado pelo delfim de Marcelo Caetano vê as suas hordas engrossarem pelo ingresso da escuridão neo-fascista.

Surgem, por fim, os democratas e cristãos da última hora. Nada mais, nada menos, a pólvora sem fumo (O P.D.C.) constituído e a sua designação só por si uma ofensa aos cristãos e democratas dos partidos (já existentes) por pressupor a exclusividade daqueles atributos quando, como se vai indicando até a sua inclusividade é duvidosa, esta gente surge agora em rompante pela província, seu campo fácil, mobilizando a credulidade e a ignorância das populações — troféus do fascismo.

Esta acção vem sendo notada e já foi denunciada por carta publicada no «Diário de Notícias» de 3/2/75, quando populações semi-analfabetas foram rondadas nos arredores de Vila Nova de Ourém por gente daquela parte, com vista à campanha das 5000 assinaturas necessárias à sua «legalização». Não será de excluir a hipótese para a «mise-en-scène» fidei completa, de acrescentar para sua subjugação «o partido de Nossa Senhora da Fátima».

Se dúvidas subsistirem sobre as intenções destes criatórios de última hora, aprecie-se o primeiro número do seu jornalão — Presença Democrática emoldurado ao verde. Não esqueceremos a tão conhecida e insuperável figura do 28 de Setembro que aparece na TV a dizer que os pidos tinham as paredes mal pintadas e outras histórias tristes.

Sempre através dos tempos, Cristo serviu de capa a toda a espécie de oportunistas e farseseus para encobrirem os seus intentos. Basta de sacrilegia invocação do que é sagrado, abade as Ku-Klux-Klan!

Não passarão os mentores neofascistas do C.D.S. nem a recém-chegada gente do P.D.C. igualmente os portugueses não temerão a campanha de colónias da Imprensa burguesa e conservadora de Europa, como «El Alcazar», «L'Aurore», «The Daily Telegraph». Quando os portugueses, durante décadas, foram torturados e assassinados pela Polícia de Salazar e Caetano, nunca esses arautos da burguesia se importaram com o triste destino das portuguesas; agora tentam meter o bodeinho nos nossos assuntos internos.

Tenhamos bem presente a acção dos falsos cristãos da Democracia Cristã no Chile, onde a sigla D. C. é sinónimo de morte. Este desgraçado País, transformado em campo da concentração, tem sido palco macabro de um genocídio que ronda 30 000 seres humanos, nossos irmãos.

Não passarão os candidatos a coveiros da nossa jovem Democracia, não passarão os Pinochets potenciais que nos esperam. Não ao alarmismo, mas estejamos em vigilância.

A Reacção não passará!

H. PEREIRA DOS SANTOS

NOTA AOS ASSINANTES:

Os assinantes do E.S., devem indicar o número da assinatura sempre que se correspondam com o jornal na qualidade de assinante.



Journal comunista — todos os dias — 1000 exemplares
propriedade de
Movimento de Esquerda Socialista
concepção e impressão em
Branco e Branco, S.A.R.L.
Rua Luís de Camões 44, Lisboa

PRÓXIMOS COMÍCIOS

5 Março: Lisboa, Sant'Ana Futebol Clube, 21.30
Mem Martins, Progresso Clube, 21.30
8 Março: S. Pedro do Sul, 21.30

SEDES

PLANEAMENTO FAMILIAR EM DEBATE

Organizado pela equipa de demografia realiza-se nos dias 6 e 7 de Março no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas um encontro sobre planeamento familiar.

No dia 6 será projectado um filme sobre Aborto, seguindo-se debate em que participarão vários ginecologistas.

No dia 7 terá lugar um debate em que participarão vários partidos e movimentos, estando assegurada a presença de LUAR, MES, MRPP e PRP.

VIANA DO CASTELO

Realizámos no passado dia 22, pelas 21.30 horas em Alvarães, uma sessão de esclarecimento bastante proveitosa e concorrida. Como problema do bastante importância para a região falou-se particularmente de agricultura, processos de desenvolvimento da produção agrícola. Explicou-se também aos presentes a tipo de sociedade que pretendemos construir através de elementos colidos e estudados pelos trabalhadores. Faz-se ainda uma análise à situação política actual e análise específica a certos problemas da região. Lembremos que Alvarães é uma das maiores freguesias do distrito e que é bastante industrializada. Três fortes unidades produtoras de produtos cerâmicos para a construção civil e uma unidade de lacteínicos.

Angra do Heroísmo R. Conde de Albuquerque, 21.30
Aveiro Av. Araújo e Silva, 22

Beja Praça da República, 34
Bragança Av. da Liberdade, 354-2.º

Castro Verde R. Nascimento Costa

Câmara R. Ferreira Borges, 125-3.º

Faro R. Castilho, 9

Guarda R. Marques da Pombal, 1.º

Lisboa Av. D. Carlos I, 146-1.º dr.º Tel. 607127, 607128.

R. Rodrigues Sampaio, 78-1.º Tel. 535438

Over R. Marques da Pombal, 70

Portalegre R. da Oliveira, 61

Porto R. 31 de Janeiro, 150-2.º Tel. 319569

S. Pedro do Sul L. de S. Sebastião

Sala R. Capitão António Dias

Setúbal R. José Adelino, 13 ao L. da Fonte Nova

Peniche R. Salvador Francisco, 54

Pointa Delgada R. Tavares Resende, 100

Viana do Castelo R. Altamir, 65/67

Vila Nova de Gaia R. Teixeira Lopes, 123

O E.S. VENDE-SE

EM FRANÇA
Livraria Portugaise,
33 Rue Gay-Lussac
75005 Paris (Tel. 033.66.16)

NA BELGICA
Livraria L'Œil Sauvage
221, Chaussée d'Ixelles
1050 Bruxelles (Tel. 848.14.45)

CAMPANHA DE FUNDOS

Um camarada do S. Domingos de Benfca	100 \$ 00
Trabalhadores da Companhia de Seguros	
U.A.P.-L'Urbaine	1150 \$ 00
Grupo de trabalhadores da Sociedade Portuguesa Petroquímica	1000 \$ 00
	2250 \$ 00

ASSINATURA

Esquerda Socialista

6 meses 75 \$ 00 ☐ 12 meses 150 \$ 00 ☐

apoiar 300 \$ 00 ☐

estrangeiro-Europa 275 \$ 00 ☐

Nome _____

Morada _____

Profissão _____

Admin. Redacção Rua Rodrigues Sampaio, 79 t/c, Lisboa T. 535438

AFRICA em luta



A revolução em Portugal está ligada à revolução africana. Os nossos povos não apenas ficaram unidos pela história, mas sobretudo estão ligados pela prática de luta contra o inimigo comum e pela solidariedade militante entre as suas forças progressistas. O combate contra o imperialismo e o alargamento da

luta de classes à escala mundial exige pois uma perspectiva claramente internacionalista.

Saudamos pois o aparecimento de «África em luta», órgão do CIDAC que será, por certo, um importante instrumento neste combate contra as forças colonialistas e imperialistas.

Esquerda Socialista é transportado gratuitamente pela C.P.



Cooperativa contra desemprego

A firma Vaquinhas e Gertrudes Lda, com estabelecimento no Seixal e Belem, dedicava-se à reparação de construção naval. Depois do 25 de Abril, continuando a sua administração, foram-se acumulando as dívidas contraídas, ficando a firma à beira da falência.

No plano de trabalhadores, foi avançada a hipótese de constituição duma Cooperativa de Produção, e eleita a Comissão de Trabalhadores, que vem dando corpo à iniciativa, estando esta prestes a ser legalizada.

Estivemos com elementos da Comissão de Trabalhadores:

E.S. — Qual a situação da empresa antes da decisão do Plenário dos trabalhadores?

— Bem, a situação da empresa, começou-se a deteriorar em Janeiro de 73, quando se deixou de pagar certas coisas e se foi acumulando uma conta bastante elevada à Caixa de Previdência; até que depois do 25 de Abril, quando já se não cumpria o pagamento dos salários aos operários, nos chegou à conclusão que se teria de fazer um plano para mudar a situação da firma.

Nessa altura, foi eleita uma comissão para gerir a firma, o administrador geral foi obrigado a sair da administração. Continuou a firma mas com emprego, mas sem ter nada que resolver na questão administrativa. Esta comissão parece que não cumpriu como devia e em Outubro foi afastada. Elegue-se uma nova comissão. Essa nova comissão tinha dois membros amigos do patronato e dois representantes dos trabalhadores. Esses dois representantes tinham sido eleitos para mediar entre a administração e os operários, mas mais tarde sem conhecimento dos próprios operários entraram para o conselho director.

Quando se teve a certeza de que não havia a possibili-

dade da firma continuar a ser gerida pelos patrões, decidiu-se fazer um plano para decidir a situação da firma.

E.S. — Foi então que surgiu a ideia da Cooperativa?

— A Cooperativa foi pensada, já há algum tempo atrás por vários camaradas e depois como a situação da firma estava má, fomos para um plenário onde estavam presentes o Ministério do Trabalho, os delegados dos Sindicatos dos Metalúrgicos, pintores, carpinteiros e a Federação das Cooperativas de Produção. Foi nomeada no plenário uma Comissão de Trabalhadores que é a actual que está à frente da firma.

Ora a Cooperativa é o único caminho para evitar o desemprego a 130 operários.

E.S. — A Comissão de Trabalhadores, como mantém o contacto com os restantes operários?

— Todas as decisões são tomadas em conjunto pelos trabalhadores, nós até todas as vezes que damos, através de Ministérios, ou qualquer entidade oficial, para legalizar a Cooperativa, damos conhecimento a todos os camaradas. Ultimamente até começamos a pôr comunicados em sites, onde todos os dias se possa ler, dizendo o que fazemos e o dia anterior.

E.S. — Como pensam arranjar trabalho no futuro?

— Ao formarmos uma Cooperativa, já que Vaquinhas e Gertrudes contabilisticamente está falida, nós vamos partir do zero. Ora bem, esse zero diz-nos tudo. A Vaquinhas tinha entre outros serviços, entre outros que agora nos interessam. Pois que estes serviços nos sejam dados. Nos contactos que temos tido, toda a gente nos tem entendido bem.

E.S. — Pensam continuar a resolver os problemas colectivamente?

— Sim, até porque no fim o que é uma Cooperativa? Será uma união de trabalhadores em que todos trabalham para o mesmo. Todas as pessoas que não estejam interessadas, terão que se pôr à margem por que a firma Cooperativa não serve quem não queira trabalhar. E há que consciencializar que a Cooperativa tem de trabalhar. Na Cooperativa não há um patrão, e não podem estar mais doze deuses a trabalhar para o resto. Mas isto vai correr bem!

MOCAR — poder operário

Como tinha sido decidido no Plenário dos trabalhadores da MOCAR/SANTO-MAR continuam em greve até que seja aceite e posto em prática a sua reivindicação de trabalho igual salário igual. Como não foi encontrada solução para o caso, a paralisação de trabalho foi aumentando uma hora todos os dias, tendo-se atingido na sexta-feira a paralisação total.

Diá 27 houve uma reunião entre a administração e os delegados sindicais e do Secretariado da Greve. É o seguinte o texto do comunicado que se lhe refere:

— Ao longo da paralisação parcial, já com a aderência de todos os sectores da empresa, foram contactados todos os delegados sindicais do sector oficial, por parte da administração, para solução da situação actual entre administração e trabalhadores, tendo os delegados sindicais proposto à administração, através do chefe do serviço de pessoal, que se poderiam estar presentes

nessa reunião acompanhados do Secretariado da Greve.

A reunião iniciou-se na oficina 7, no dia 28/2/75, pelas 18 horas e 30 minutos, terminando a mesma cerca das 4 horas da madrugada do dia 27 corrente mês.

Estiveram presentes nesta reunião a administração do Grupo MOCAR/SANTO-MAR e dois técnicos do serviço a pedido da mesma para dar qualquer esclarecimento se fosse necessário, estiveram presentes por parte dos trabalhadores 73 elementos do Secretariado da Greve e 24 delegados sindicais totalizando 97 trabalhadores.

A administração tenta desarmar a greve com uma proposta para ser encontrada uma plataforma de entendimento; aquela não oferecia qualquer garantia que justificasse o desarmar da greve.

Nós, trabalhadores, em princípio aceitando a plataforma de entendimento com a administração não desarmamos a nossa greve

sem que para tal a administração nos dê uma garantia total à nossa justa reivindicação.

Para melhor analisar e discutir a plataforma de entendimento que a administração propôs, foi acordado o seguinte: uma interrupção de meia-hora para que os trabalhadores, sem a presença da administração, decidissem sobre a possível plataforma de entendimento, sendo depois aprovada uma proposta do seguinte teor:

Que a greve desencadeada não seja levantada sem

A disciplina é necessária para a nossa vitória unidos e organizados venceremos
Camaradas, em frente pela nossa justa reivindicação

Delegados sindicais
Secretariado da greve
Lisboa, 27/2/75

No seguimento deste plenário foram formados grupos de trabalho para se debaterem sobre possíveis irregularidades existentes

que haja uma resposta afirmativa da parte da administração em relação às reclassificações profissionais.

Nota: Esta proposta foi aprovada por unanimidade em Plenário de Delegados Sindicais do Secretariado da Greve pela 1 hora e 10 m do dia 27/2/75.

Camaradas — Por considerarmos que a luta é comum e a responsabilidade recai sobre todos nós apelamos a todos os camaradas para que não liguem a bofetada dada que estes podem vir a recair sobre ti.

Rádio Renascença

— contra quem lutamos !

Segundo uma nota divulgada no passado sábado pela Comissão de Extinção da Pide e da Legião Portuguesa, o «Monsenhor» Casimiro de Oliveira Rocha, secretário da Conferência Episcopal Portuguesa e antigo Presidente do Conselho de Gerência da Rádio Renascença (afastado pelos trabalhadores por ter tentado fazer censura interna depois do 25 de Abril,

havia membros da Igreja a combater os antifascistas e a tentar, nas organizações repressivas, que se não pudessem esclarecer o povo.

Agora percebe-se melhor quem é que ataca a justa luta que os trabalhadores da Rádio Renascença travam contra os despedimentos, quem é que não se cessa de caluniar aquela luta, quem é que tenta ressuscitar em Portugal um conflito

greve dos trabalhadores daquela Emissora.

Naturalmente que é de pôr a pergunta: ainda estão ao serviço das mesmas pessoas os patões da Rádio Renascença?

E o que é que andam a fazer na Igreja os legionários e outras espécies de buícos?

E uma última pergunta dirigida ao Papa ou ao Nuncio: Quando é que começa o saneamento dentro da Igreja? Quando é que os fascistas, os defensores dos patrões saem da Igreja e, principalmente, dos altos postos que ainda mantêm?

Quando é que toda a Igreja estará ao serviço e ao lado dos explorados e oprimidos?



era também comandante da Lança da Legião Portuguesa e condecorado com a medalha de prata por assiduidade e bom comportamento, daquela organização repressiva.

Já toda a gente sabia que havia muitos padres, principalmente entre os escalões mais altos da hierarquia católica comprometidos com o fascismo e com o grande capital. E agora está previsto, de forma insuspeita, que, além disso,

religioso para depois dizer que em Portugal a Igreja é perseguida e que os católicos devem votar nos partidos da direita (que usam o nome como «democratas-cristãos» e do «centro» para ver se enganam alguém).

Este senhor legiãoário era o menino que mandava aos trabalhadores da Rádio Renascença os reprimidos e hoje quem assina os documentos saídos da Conferência Episcopal sobre a

Os trabalhadores da Efec (sector comercial-hoteleiro) reunidos em plenário manifestam unanimemente o seu apoio à luta dos trabalhadores da Rádio Renascença e repudiam as manobras de certo sector de clero perfeitamente identificado com o patronato reaccionário que tudo faz para transformar numa luta ideológica um conflito de trabalho.

Camaradas estamos convosco!

Abaixo o clero reaccionário!

na proposta de reclassificação apresentada pelos trabalhadores.

Diá 28 realizou-se uma reunião com os trabalhadores das várias oficinas. A ordem de trabalhos (que não houve tempo para tratar completamente era a seguinte:

1. Informações
2. Disciplina
3. Debate de todas as sobre a greve (visto que há alguns sectores (escritório e caixeiros) que aderiram à greve já depois de ela ter sido iniciada.
4. Grupo de dinamização da greve.

Esta reunião veio confirmar o total acordo e firme determinação dos trabalhadores da Mocar/Santomar.

Ficou formada uma comissão encarregada de definir as regras do jogo, composta por 4 operários metalúrgicos e 2 elementos de cada um dos outros sectores.

A luta prosseguirá até que a administração reconheça que cabem aos trabalhadores definir os critérios para a reclassificação.

E.S. **apelo à luta da Mocar** porque considera extremamente importante tudo quanto se traduz na afirmação do poder dos operários e demais trabalhadores. Se é verdade que este poder só se afirmar plenamente na sociedade socialista, importante é ter sempre em conta que é nas várias lutas contra o capitalismo e contra a exploração, correctamente perspectivadas, que se avança na sua construção pelas conquistas organizativas e pela tomada de consciência que tais lutas originam.

A luta da Mocar/Santomar é a luta de todos os explorados e oprimidos. Em frente camaradas! Até à vitória!



Este processo baseado na exploração da mão-de-obra barata, permite bons lucros e vantagens nos mercados internacionais, além das «vantagens financeiras» conhecidas que este circuito de importação-exportação permite.

Pode assim, este tipo de empresa, fabricar dificuldades e felécias, quando convenham declarar os lucros que decidiram ter, abandonar os empreendimentos sem prejuízos sensíveis e não permitindo facilmente a laboração fora do seu controlo.

Com armas tão poderosas



nas contra si não têm os trabalhadores espaço (se querem lutar, consequentemente pelos seus interesses e os compreendem como opositos aos do patronato) não têm os trabalhadores espaço, dizilham, para erros ou indecisões na condução da sua luta.

É clara a urgência da multiplicação de forças, de organização operária, de determinação revolucionária.

Em Novembro passado, por proposta da administração, 60 trabalhadores passaram a ficar em casa, recebendo somente 80 por cento do ordenado.

Em Dezembro, 850 trabalhadores abandonaram a empresa afectados com indemnização chorudas, superiores às legais. Dispende nisto a I. T. T. 42.000.000\$00 o que sugeriu a alguns trabalhadores a pergunta: «Não poderia este dinheiro servir para abrir postos de trabalho novos em vez de injectar desempregados na rua?».

Também em Janeiro a administração propõe ao Ministério do Trabalho a passagem de 160 trabalha-

de 200.000 trabalhadores desempregados. Cerca de 850 eram ainda há pouco nossos camaradas de trabalho. Destes só uma escassa minoria assegurou novo emprego, estando a grande maioria em situação crítica, por se ter acabado o «bonus, gentilmente oferecido pela empresa». Qual será o futuro destes trabalhadores?

E não duvidemos que nós, trabalhadores, inconscientemente contribuímos para a situação em que eles se encontram. Porque fomos nós que nos acobardámos aceitando a miserável proposta dos parasitas exploradores da ITT/CIA. Será que vamos ser PALERMAS repetindo o mesmo erro?

Quem pretenderá a Administração ao resolver o problema dos directos, esquecendo os indirectos? A Administração sabe que para atingir mais facilmente os seus fins convém-lhe dividir os trabalhadores. Deste modo ela pretende sobor uma possível votação conseguida que os trabalhadores com «emprego assegurado» desprezem os camaradas em risco de despedimento. Porque camaradas, não tenhamos ilusões: será essa a sorte que espera aqueles trabalhadores a quem a Administração não garante emprego. Foram lançados 850 no desemprego, estão em risco de ficar na mesma situação mais 25, e por este andar iremos TODOS para a rua.

CAMARADAS:

Não hesitemos em nos opormos aos planos de despedimentos ou sub-empre-

Neste momento há mais



go que a Administração tem na manga, 25 não são nada; só todos seremos suficientes para nos opormos às manobras porcas desta corja de exploradores que é a ITT/CIA. A nossa união faz-se na luta e é com espírito de luta que venceremos. Não deixemos que a HESITACÃO, o MEDO ou a COBARDIA, que já nos prejudicaram antes, se continuem a manifestar entre nós, bolcortando a nossa luta e jogando a favor dos patrões. Não fiquemos comodamente agarrados às falsas garantias de emprego mas façamos união, porque agora para que a vitória final seja nossa.

Mas a ITT em Portugal não é só a nossa fábrica. Existem outras trabalhadores noutras empresas que também são explorados por esta camarinha de gatunos e que também estão em luta como nós e contra os mesmos exploradores da ITT/CIA. São os da OLIVA, da STANDARD, do SHERATON, da IMPRIMANTE e especialmente do RABOR.

Para nos opormos eficazmente às manobras reaccionárias desta sinistra multinacional, teremos que nos unir com todos os trabalhadores do grupo ITT. Avançemos desde já com a formação de uma comissão inter-empresas do grupo ITT para assim avançarmos de uma maneira organizada e mais forte na nossa luta contra a exploração capitalista.

Comité de Empresa do Movimento de Esquerda Socialista na ITT (semi-condutores)

Na Assembleia, onde foi permitida a permanência de dois representantes do Jornal «Esquerda Socialista» surgiu uma pergunta que, por pertinente, reproduzimos:

«... Porque é que estão pessoas na cantina sem ter que fazer, postas lá pela direcção que diz não haver trabalho para todos, quando aos que estão na produção é pretendido os 100 por cento de índice de qualidade, ao ritmo de trabalho usual, que toda a gente sabe ser desgastante e difícil-

mente conseguido. Não seria mais racional conseguir os 100 por cento de qualidade efectivamente evitando o desperdício de material e sacrifício a quem trabalha, pondo mais gente na produção a ritmos mais humanos?»

A redacção deste jornal não se debateu mais sobre este Plenário de trabalhadores, seus objectivos, propostas e avanços organizativos para a luta em curso.

Não o fará porque existindo na área da empresa um Comité Operário de Zona, este, muito mais integrado nos problemas e lutas da região tomou a iniciativa de o fazer.

Passámos portanto a transcrever um texto assinado pelo COZ de Cascais do M.E.S.:

QUINTO PLENÁRIO DOS TRABALHADORES DA ITT SEMI-CONDUTORES

Depois da discussão dos pontos apresentados (não ao despedimento, não ao sub-emprego e tomadas de posição drásticas quando necessário) foram estes aprovados na sua totalidade.

Foi seguidamente apontada a necessidade criar grupos de trabalho que possibilitem uma maior capacidade de resposta face à administração.

Para tal, foram aprovadas três grupos propostos pela Comissão Sindical, uma que averigue a capacidade de empresa empregar os 25 trabalhadores cuja posição não está garantida pela administração, outro grupo para coordenar as mudanças que, se tiverem de fazer em vários sectores para garantir o emprego de todos os trabalhadores, e um terceiro grupo para es-

tudar a reconversão da fábrica, libertando-a da sujeição ao estrangeiro.

Foi ainda apresentado por um grupo de operários uma proposta conducente à formação de um grupo de trabalhadores encarregado de avançar desde já trabalho para a formação de uma Comissão Inter-empresas do grupo ITT.

Assim se evita que as manobras reaccionárias do patronato em cada fábrica não tenham unicamente respostas isoladas dos trabalhadores dessa fábrica, mas que haja mais união dos explorados contra a união dos exploradores da ITT.

Se os grupos primeiro referido são necessários (especialmente o terceiro) este último é fundamental, pois a ITT semi-condutores está completamente controlada pelo estrangeiro na que diz respeito a encomendas sendo impossível controlá-la em Portugal.

Contudo, apresentando uma frente unida de trabalhadores do grupo ITT já esta terá menos possibilidade de manobra, visto que por exemplo, não pode levar o Sheraton às costas para a América.

No fim do Plenário foram aprovadas moções de apoio à luta dos trabalhadores do Radio Renascença e da ITT Rabor.

Ficou bem assente que terão de ser os capitalistas a pagar a crise por eles produzida, confirmando os trabalhadores vigorosamente o seu NÃO aos despedimentos e ao sub-emprego e avançando formas de organização real com que sejam capazes de enfrentar a tenebrosa ITT-CIA.

NÃO ÀS NEGOCIAÇÕES COM O PATRONATO! SÓ A UNIÃO DOS EXPLORADOS SE PODERÁ OPOR À FORÇA DOS EXPLORADORES! EM FRENTE PELA FORMAÇÃO DA COMISSÃO INTER-EMPRESAS DO GRUPO ITT! COZ DE CASCAIS DO M.E.S.

Brutus — o dito por não dito

A luta dos trabalhadores da Alfaiataria Brutus dura já desde 28 de Janeiro!

No dia 25 houve negociações com o patrão no Copcon que duraram 11 horas. Os trabalhadores apresentaram o seguinte caderno reivindicativo em 10 pontos:

1. — Não aos despedimentos de quaisquer trabalhadores.

2. — Depois de qualquer acordo com a entidade patronal, ser feita uma penitência à forma prevista à regularização da situação.

3. — Que a gerência ou a administração tenha disciplina no seu trabalho com os trabalhadores no seu sector.

4. — Garantir o trabalho de 8 dias de todos os da alfaiataria.

5. — Pagamento imediato dos dias perdidos no conflito de trabalho.

6. — Garantir o imediato envio dos nossos descontos para a Caixa de Previdência a fim de nos serem pagos os abonos e baixas que se verificarem

7. — Que os trabalhado-

res possam votar a admissão de novos trabalhadores.

8. — Que os assuntos da administração sejam com os gerentes e não com os seus familiares.

9. — Possível reconversão da firma de acordo com os trabalhadores.

10. — Que o montante diário a pagar ou receber, esteja sob controlo dos representantes dos trabalhadores, bem como toda a escrita em geral.

O plano falhou

Nestas negociações o patrão, sr. Nuno, reconheceu que o despedimento que originou a luta não era um simples despedimento: outros estavam já previstos a seguir. E finalmente iriam todos os empregados de alfaiataria. Esta seria fechada a manter-se a apenas a loja. Este foi o plano que os trabalhadores souberam fazer falhar!

No dia seguinte das negociações (dia 26) o major Dias Ferreira entrou em contacto com os trabalhadores informando-os da

que o patrão tinha dado o SIM. O patrão tinha portanto concordado com os dez pontos e o maior propunha até que os trabalhadores desocupassem imediatamente as instalações.

Os trabalhadores não quiseram fazê-lo sem terem por escrito, a concordância do patrão. Na verdade não se podia confiar no sr. Nuno, depois de tudo quanto já fez.

E no dia seguinte o maior voltou a informar. O patrão afinal dava o dito por não dito! Já não aceitava o caderno reivindicativo «E se nós tivéssemos desocupado!».

Os trabalhadores responderam a mais esta manobra com a firmeza que sempre têm sabido manter. Continuam a produzir e a vender e estudam a reconversão da loja: substituir os artigos de luxo por roupas mais baratas, ao alcance de outras bolsas.

Os trabalhadores sabem que a luta contra o capital é difícil. Mas estão decididos a ir até ao fim. A sua razão virá ao de cima!



COMIÇ

ELEIÇÕES

O M.E.S. realizou no Porto um Grande Comício Nacional como impulso para um amplo trabalho de massas nesta cidade e divulgação da análise e perspectivas de luta que o M.E.S. avança para o actual momento político. Foi este o sentido da breve alocução com que o camarada Nuno Teotónio Pereira abriu a sessão.

Em primeiro lugar falou Celso Cruzeiro da Comissão Política Nacional que começou por afirmar:

SITUAÇÃO POLITICA E ELEIÇÕES

As eleições burguesas começam dentro em pouco no nosso país. O problema das eleições burguesas e das manobras provocatórias dos partidos burgueses, procurando canalizar para a urna a derrota do povo tem que merecer da parte das organizações revolucionárias uma resposta revolucionária em todos os campos de luta. O poder da burguesia deve-se afrontar fora das eleições, mas também dentro delas.

Depois do 25 de Abril e face ao avanço da luta da classe operária, a burguesia procura neste momento reverter a situação a seu bel-prazer, com o apoio da estratégia reformista. É por isso que uma intervenção revolucionária nas eleições tem também de combater o poder da burguesia e as soluções capitulacionistas que os reformistas pretendem impor às massas.

O papel do M.E.S. como organização revolucionária dos trabalhadores é conseguir perspectivar a iniciativa histórica das massas, rasgar novos horizontes perspectivar novos avanços políticos até à tomada do poder pela classe operária e pelos trabalhadores e, seus aliados. O movimento de massas em que os trabalhadores vão prosseguir as suas lutas não é um simples movimento populista antifascista. Hoje temos de tratar as coisas pelos seus nomes: a reacção, em Portugal é a estrutura capitalista que oprime os trabalhadores. Não há possibilidade de evitar o retorno do fascismo se não forem conseguidos novos avanços pelos trabalhadores no sentido do socialismo.

A história mostra que o grande coveiro dos regimes de direita tem sido a organização autónoma da classe trabalhadora. O movimento de massas anticapitalista, no qual o M.E.S. está empenhado, ajudará a construir a organização política e revolucionária dos trabalhadores que não será jamais construída de querelas partidárias, de cúpulas, de gabinetes de reuniões semelhantes; mas que será concretizada alcançada com base na movimentação dos próprios trabalhadores em luta pelo socialismo.

Interrompido frequentemente pelas palavras de ordem lutar, criar poder popular e nas fábricas nos campos os trabalhadores vencerão gritados pela assistência, Celso Cruzeiro prosseguiu:

É fundamental criar órgãos de contrapoder operário e popular que são a medida concreta de bater e de contrapor à burguesia dentro do aparelho de Estado, uma solução autenticamente popular. Mas os órgãos de poder popular são também já um embrião da futura sociedade socialista em que o poder deve residir no povo. nos órgãos populares de democracia directa que controlem todo o aparelho político, todo o aparelho de Estado para que os trabalhadores sejam efectivamente eles a libertar-se em vez de serem libertados por outros que vêm mais tarde a impor soluções que não são as escolhidas por eles próprios, os trabalhadores.

E mais adiante afirmou:

É fundamental que o nosso movimento saiba organizar-se e alargar-se a nível nacional. E não devemos cometer o erro de pensar que só nos grandes centros pode um movimento político como o nosso construir uma alternativa de tomada de poder e consolidá-lo depois. A história tem demonstrado que se numa fase de tomada de poder facilmente ele pode ser tomado em dois ou três centros, a fase de consolidação do poder, a fase que derrotará a contra-revolução terá que ter já uma ampla implantação no campo, na fábrica, na escola que permita responder mais tarde às manobras reacçãoárias do capitalismo.

A finalizar o camarada Celso Cruzeiro afirmou:

Dentro e fora das eleições no Parlamento Burguês, como na fábrica, os revolucionários vermelhos devem dirigir uma contestação sistemática e aliar a verdadeira decisão do povo aos órgãos de poder popular que nesse momento nos bairros pobres, nas fábricas nos quartéis, na escola, na vida decidem efectivamente o que o povo quer; estão efectivamente ao serviço do povo e conduzi-lo-ão à tomada do poder.

Para combater as eleições, todos às eleições!
Viva o Socialismo!

Falou em seguida o camarada Mário Martins operário metalúrgico do Porto, que afirmou:

O actual momento político português, é visto por mim pouco animador; porque quando o Povo Português se devia politizar e organizar temos à porta as eleições



e acho que nesta altura o Povo Português, em especial todos os trabalhadores deixaram para trás a sua luta enquanto pensam nas eleições.

Pois camaradas, eu penso que a oportunidade para construirmos uma sociedade socialista nunca esteve ao nosso alcance como agora, pois sabemos-la aproveitar não percamos tempo. Todo o tempo é pouco, nós trabalhadores portugueses temos tarefas muito mais importantes agora que antes do 25 de Abril. Trabalhadores deixemo-nos de cinemas, de futebol, pois olhemos todos e em grande escala para os problemas sociais e económicos da comunidade portuguesa.

Estamos numa democracia burguesa, o dinheiro e o poder continuam entregues aos burgueses que sempre nos escravizaram e martirizaram continuam os operários a sofrer o custo da inflação e as escravaturas no trabalho os burgueses esses não se importam com isso, eles têm de sobre, o suor que nos tiraram através de todos os tempos e querem continuar a tirá-lo.

CAMARADAS, um apelo meu, de um operário fabril. Organizem-se nos vossos locais de trabalho, unam-se numa só voz, mas que seja uma só voz verdadeiramente revolucionária para o socialismo, e assim a vitória será dos trabalhadores.

Depois de sabermos que os capitalistas, patrões, têm os seus laços para escravizarem os trabalhadores temos que derrotar o capitalismo e seus laços, enquanto nós trabalhadores não conseguirmos acabar com esses laços dos patrões nós não teremos a sociedade socialista que os trabalhadores e todos os explorados precisamos.

Operários do norte e de todo o País, tomem consciência de classe, organizem-se nos vossos locais de trabalho, não acreditem em reacções até de certa parte do clero que utilizam a palavra religião e de cristandade para a burguesia continuar ao lado desse clero reacçãoário que proclama a religião e cuja religião é uma minoria viver em palacetes com grandes piscinas, bons Mercedes e todos os carros melhores que existem, toda uma boa comodidade e entregam-se à caridade que eles chamam ajudar os pobres trabalhadores com esforço físico pago a um preço miserável. Do que nós precisamos é de tomar conta daquilo que é nosso — pois quem é que produz todas as riquezas que esses senhores gozam? Somos nós, os trabalhadores.

Pois estejamos vigilantes, isso é essencial agora mais do que nunca e unidos, e tenho a certeza que se assim o fizermos teremos então como é de minha vontade uma sociedade socialista.

Viva O Movimento de Esquerda Socialista!
Vivam os Operários, os Camponeses e Todos os Trabalhadores Portugueses na sua Luta por uma Sociedade Democrática e sem Exploração, uma Sociedade Nova! Avante pelo Socialismo!

QUESTÃO SINDICAL

Em seguida o camarada João António expôs a posição do M.E.S. sobre a luta sindical. A certa altura afirmou:

O Movimento de Esquerda Socialista defende um sindicalismo vertical, um sindicalismo de classe e a total democraticidade da vida sindical.

Sem democraticidade, à unicidade não corresponderá a indispensável unidade de todos os trabalhadores;

Sem democraticidade os sindicatos deixarão de ser um organização dos trabalhadores e por eles controlada de acordo com os seus interesses de classe para se transformarem em organizações burocráticas apenas preocupadas em manobrar as massas, de acordo com os interesses partidários que defendem.

É necessário e urgente imprimir uma orientação anticapitalista à luta sindical. Para tal impõe-se:

— Imprimir à luta sindical uma orientação claramente política, o que não se confunde com partidarismo;

— Imprimir uma linha de orientação que recuse a conciliação de classes defendida pelo reformismo.

Só assim se lançarão as bases de um verdadeiro sindicalismo de classe, em oposição ao sindicalismo cupulista e dirigista que tem feito da maioria das organizações sindicais meras correias de transmissão de organizações partidárias.

Só assim será possível a linha de orientação que permita ultrapassar a actual crise do sistema, não à custa da exploração redobrada dos trabalhadores, mas a favor dos trabalhadores, pela destruição do próprio sistema e instauração da Ditadura do Proletariado.

— Por um sindicalismo assente na unicidade

— Por um sindicalismo assente na democracia interna

— Por um sindicalismo independente do Estado e dos partidos políticos.

— Por um sindicalismo anticapitalista, por um sindicalismo de classe.

LUTA POLITICA E PARTIDARIA

O orador seguinte, Rogério de Jesus, da Comissão Política Nacional, começou por afirmar:

Camaradas:

Dizijo-me a todos como camaradas porque não acredito que alguém que esteja aqui não seja ou um resistente na luta activa ou um resistente pelo menos em consciência, contra o capitalismo.

Não acredito que depois das palavras ditas haja aqui algum hesitante ou medroso, alguém que não tenha uma confiança absoluta na capacidade revolucionária da classe operária e das massas trabalhadoras.

Os partidos reacçãoários compreenderam já que mais tarde ou mais cedo, melhor com hesitações, mesmo com medrosos, as classes trabalhadoras vencerão. E é assim que, depois do 25 de Abril, não podendo já dominar-nos pela repressão violenta, pela repressão física, arranjam maneira subtil e enganadora de nos dominarem politicamente de outra forma: vêm assim com pazinhos de lá, com falsos nozes, nomes que para nós são sagrados, tentar enganar-nos.

Vem o Partido da Democracia Cristã valendo-se da fé de muitas massas populares neste País, usando a palavra democracia, tentar enganar-nos, mostrando uma capa cor-de-rosa e tendo por trás todo o reacçãoarismo, todo o fascismo encapotado que existia e existe neste país.

Aqui o orador foi ruidosamente interrompido pelos gritos do público: Osório-Pinóchet.

Proseguiu:

O Osório que tremelica depois do 25 de Abril com o avanço da luta e diz que estamos quase na ditadura do proletariado. É idiota porque se estivéssemos quase na ditadura do proletariado, se tivéssemos tomado o poder, ele não pedia. Nem outros Sanches Osórios, mascarados de outras formas, que tentam também piar e dominar.

Na altura em que os trabalhadores necessitam de unidade, são eles que surgem todos associados: P.D.C., C.D.S., P.P.D., P.S., episcopado reacçãoário, a SEDES e outros que a gente não sabe onde está a sede.

O episcopado reacçãoário que tal como o Sanches Osório, tal como todos os outros, quando sofriamos a repressão violenta nas ruas, quando éramos presos, quando éramos mais reprimidos ainda do que somos agora, não se viam em parte nenhuma! Só se viam em chás-carnistas e em rezas que nada têm a ver com a fé e com a verdadeira religião.

Nesta estranha associação são todos anticomunistas. É natural que o sejam.

Nos trabalhadores, é que pelos enganos, pela repressão de 48 anos de fascismo é que ainda não sabemos claramente. Mas eles sabem, eles sabem realmente que a construção do Socialismo e do Comunismo é o fim deles, é o fim da exploração, é uma sociedade nova controlada pelos trabalhadores.

Frequentemente interrompido pela assistência que gritava «M.E.S.-movimento comunista» o orador prosseguiu:

Nós não acitamos para podermos fazer política em segurança, eliminar as palavras que têm de ser ditas: lutamos pelo comunismo, queremos a ditadura do proletariado, e não podemos de maneira nenhuma esconder isso, eliminando assim palavras que têm de ser ditas, que têm de se construir.

Os vários partidos da direita, apesar do perigo que representam para nós, para os avanços da luta dos trabalhadores, fazem-nos rir: dizem esses do C.D.S. que são democráticos e sociais. Também o Marcelo Gaetano falava no estado social. Todos eles afinam pelo mesmo diapasão: devem ter os mesmos fins! Devem ter, até, ligações! No 28 de Setembro o C.D.S. apoiava abertamente a «maioria silenciosa».

Em nome da democracia põem-nos este problema: isto é uma democracia, portanto, os reacçãoários e os revolucionários têm o mesmo direito. NÃO TÊM!

E atenção: não há centros neste País. Na situação revolucionária e original que vivemos, não há centros: isso é na democracia burguesa, como em França, onde os joginhos de cúpula fazem com que um partido comunista desde há 30 anos, ande a deitar papelinhos numa urna e não consiga revolucionar a sociedade e construir uma sociedade socialista.

Mais brando, mais esperto, é o P.P.D. Congeminaram a maneira de não se confundir com o antigo regime, e ao mesmo tempo, não assustar certas clientelas que lhe poderiam fugir se se chamasse, por exemplo, socialista. Arrajão, assim, o popular e democrático. Popular como o sr. Pinto Balsemão que em 69 gritava a quem o queria ouvir (esté também escrito em livros) que votar em Marcelo Gaetano era votar no progresso deste País. Popular e democrático com o sr. Sá Carneiro que tentou um golpe para, a seguir ao 25 de Abril acabar com o processo revolucionário, dando ao sr. Spínola plenos poderes para declarar o estado de sítio.

São estes os populares e democráticos. O P.S. tem um nome que leva alguns trabalhadores a identificarem-se com ele. Mas atenção: socialismo não é o objectivo final, é uma sociedade em constante transformação a caminho do comunismo. Todo aquele que se diga socialista, se não pretender construir a sociedade comunista, é mentiroso ou está enganado. O P.S. vem com um paleio de esquerda e actuando em uma prática que é de direita, tentando dividir a classe trabalhadora em nome de uma democracia que, para eles, era o pluralismo.

Não há confusão nenhuma! Sabemos muito bem que o P.C. controla a Intersindical. Sabemos muito bem que o P.C. tem hegemonia numa parte dos sindicatos, mas não é dividindo os trabalhadores que se contraria essa hegemonia, e esse controlo.

Temos é de lutar pela democraticidade interna, pelo controlo de base, por um verdadeiro sindicalismo de classe.

O P.C. é um partido de massas que tem no seu seio milhares de trabalhadores que hão-de estar, no enfrentamento final, violento e doloroso, contra o capitalismo. Hão-de lá estar na rua. Estarão connosco e nós estaremos com eles.

A crítica que se lhe faz é à sua direcção política e à sua linha política que consideramos incorrecta, que já causou algumas derrotas, que já causou atrasos à classe trabalhadora.

O P.C. tem difamado e contrariado lutas importantes, tem negociado em gabinetes leis e problemas que dizem respeito aos trabalhadores. Tem usado o aparelho sindical para melhor controlar as lutas dos trabalhadores. Por isso é um partido reformista que como tal deve ser criticado.

Candidaturas 16 distritos

O Conselho Político do M.E.S., tendo em conta o estado de expansão do nosso Movimento ao nível nacional, e dentro da perspectiva não eleitoralista em que participamos na campanha eleitoral, decidiu que fossem apresentadas candidaturas em 16 dos 22 distritos do Continente e Ilhas.

Publicamos em seguida a lista dos militantes que encabeçam as várias candidaturas:

Angra do Heroísmo
Alberto Azevedo/Trabalhador estudante

Aveiro
Fernando Sousa/Técnico de desenho
Celso Cruzeiro/membro da C.P.N.

Beja
Vitor Silva/membro da C.P.N.

Braga
José Machado/Professor do ensino liceal
Alberto Castro/Assistente da Faculdade de Economia do Porto

Bragança
Jorge Nunes/Estudante

Castelo Branco
Francisco Reis Alves/Operário metalúrgico
Ribeiro Mendes/membro da C.P.N.
Ludgero Barroso/Empregado de escritório

Coimbra
Pio Abreu/Médico
Abílio Hernandez/Assistente da Faculdade de Letras
Rui Namorado/Advogado

Évora
José M. Raimundo/Técnico de desenho

Faro
Jerónimo Franco/membro da C.P.N.
António Machado/membro da C.P.N.

Leiria
Afonso de Barros/membro da C. P. N.
Eduarda Dionísio/professor do ensino liceal
Augusto Mateus/membro da C.P.N.
Francisco Farrica/membro da C.P.N.
Luís Martins/membro da C.P.N.
Marcolino Abrantes/membro da C.P.N.
Santos Júnior/Operário metalúrgico
Ferreira Guedes/Empregado bancário
Eduardo Dionísio/Professor do ensino liceal
Vitor Barros/Operário Textil

Lisboa
Eduardo Pontes/Empregado de escritório

Porto
Nuno Teotónio Pereira/Arquitecto

Santarém
Jorge Stecht Ribeiro/Advogado
Alberto Martins/Consultor Jurídico
António Ramos Torres/Médico
Marcelo Correia Ribeiro/Funcionário administrativo
António Cão/Assistente universitário
José Galamba de Oliveira

Setúbal
Edilberto Moço/membro da C.P.N.
António Leal Lopes/Empregado das Caixas de Previdência

Vila Real
Vitor Wengorovius/membro da C.P.N.
Rogério de Jesus/membro da C.P.N.

Viseu do Castelo
José Cândido Rodrigues/Professor do ensino técnico
Joaquim Silva Lopes/Empregado de escritório

NO PORTO

COMICIO

SITUAÇÃO DA MULHER

Em seguida falou a camarada Anabela que se referiu à situação e papel da mulher no actual momento político:

Camaradas:
Em primeiro lugar quero-vos dizer que às vezes nem sei por onde começar. Mas como a luta é de todos, e eu pertencio a esses todos, pois lutarei. Como vedes, sou mulher, e como mulher vos quero falar.

Vamos conversar um pouco da mulher portuguesa. A mulher portuguesa tem estado sempre marginalizada, mais no campo político.

Eu tenho por costume dizer que a mulher é num campo e o homem noutro; quando falo assim não quero dizer que a mulher tem de estar separada do homem, não, antes pelo contrário. Falo assim neste aspecto: há trabalhos que a mulher não pode fazer, que o homem faz, como há trabalhos que faz a mulher e o homem não faz. Observemos por exemplo quando há uma guerra, é sempre o homem que vai na frente, não quer dizer que a mulher também não saiba manejar uma metralhadora, mas na luta justa pelo Socialismo a mulher tem um papel muito grande e realizar ao lado do homem. Porque é uma luta justa onde a mulher não pode ser dispensada nós as mulheres portuguesas, nesta hora de liberdade não podemos estar separadas do homem, nem agora nem nunca. Tenho observado o Movimento Democrático Feminino que é só da mulher. Daí que eu lhes chame

mulheres.

Que andam essas mulheres a fazer que nem sequer falam em Socialismo?

Que lutem ao lado do homem porque a luta é de todos!

Sabeis o que andam a fazer? Remendos em pano podre. Daqui quero dizer a essas mulheres que o tempo da mulher ideal portuguesa terminou... Sabeis quem era a mulher ideal portuguesa? Era aquela muito elegante muito «culte» (na classe dela), uma senhora «bem». Depois esta mulher era exportada para Itália, mas primeiro cá em Portugal fazia um concurso, e depois elegiam a «senhora bem» que nada fazia e que tinha uma ou duas empregadas domésticas.

A verdadeira mulher portuguesa é aquela que tem sido até hoje a escrava, a que trabalha no campo, nas fábricas, nas oficinas e não tem empregos domésticos para lhe olhar pelos filhos e fazer trabalhos monótonos da casa. Aquela que tem de ajudar o marido e deixa os filhos mais das vezes tratados como calha.

CRISE DA BURGUESIA

A encerrar o Comício falou o camarada Golemba de Oliveira, da Organização Regional do Porto. Começou por afirmar:

Estamos a viver uma situação de crise generalizada que nos diz respeito a todos e que as diferentes forças políticas desejam resolver em favor dos seus interesses.

É grave a crise económica: perante a combatividade e a multiplicação e avanço das lutas dos trabalhadores, os capitalistas não investem, os capitalistas sabotam, os capitalistas despedem, os capitalistas fecham as fábricas, retiram as máquinas e fogem com as massas para o estrangeiro.

Cerca de 300 000 trabalhadores sofrem na carne a subida galopante do custo de vida, o desemprego, suportando dia após dia os efeitos da crise do capitalismo explorador e opressor.

É grave a crise política: apesar do aparato do Plano Económico que se apresenta como trégua em mar de revolta, o poder político mostra-se dividido e por vezes até contraditório, como demonstram a questão da unidade sindical e, hoje, a questão da institucionalização do M.F.A.

O capitalismo está em crise mas ainda não está com os pés para a cova. Esta situação de melas tintas não vai durar eternamente. As opções e alternativas desenharam-se como suficiente clareza.

A saída favorável aos interesses dos capitalistas e da burguesia é a construção de um regime autoritário com uma ou outra pincelada própria das democracias burguesas; é a confirmação da dominação da exploração da classe operária e das massas trabalhadoras, juntando os mecanismos tradicionais da conciliação de classes à certeza de uma repressão violenta.

Camaradas:
No momento em que a burguesia pretende aproveitar-se das eleições para recuperar algum do terreno per-



dido, no momento em que a burguesia se prepara para jogar ao ataque, vamos ficar de braços cruzados e jogar à defesa?

Sabemos o que queremos. Queremos resolver a coisa a nosso favor! Queremos construir o Socialismo pelas nossas próprias mãos! E para o fazermos, e para o conseguirmos temos que estar ao ataque e com mais força que os capitalistas. Temos de lutar em todos os terrenos contra a exploração. Temos que saber lutar e criar poder operário e popular.

Muito aplaudido pela multidão que enchia o Palácio de Cristal, Golemba de Oliveira afirmou mais adiante:

Para defender e manter a autonomia dos trabalhadores em relação ao capitalismo português:

— É necessário recusar o domínio do capitalismo internacional.

— É necessário que sejamos autossuficientes.

— É necessário construir uma nova sociedade com o esforço e imaginação e a criatividade dos assalariados e de todos os que vivem a condição da exploração no dia a dia.

Vamos construir colectivamente um projecto anti-imperialista para a sociedade portuguesa, e rapidamente!

Para isso camaradas:

- Lutemos pela independência técnica.
- Lutemos pela independência comercial.
- Lutemos pela independência financeira.
- Lutemos pela independência política.

Lutemos contra o monopólio: o único monopólio que existe em Portugal é o do dinheiro — controlo total sobre a banca, agora ainda privado.

Controlemos as indústrias básicas, as minas, as importações, as indústrias tecnologicamente avançadas.

Lutemos pela independência nacional

Por isso uma das tarefas mais importantes do nosso tempo, senão a mais importante, consiste em estimular tão largamente quanto possível a iniciativa espontânea dos operários, de todos os trabalhadores e explorados em geral, no seu trabalho facendo de organização — A luta pelo Socialismo começa desde já, sendo um processo em que os explorados têm de se apoderar das posições do inimigo, fazendo a aprendizagem do poder e impondo-se desde já como grupo social dirigente.

A terminar Golemba de Oliveira afirmou:

Neste momento a tarefa grandiosa a que todos os revolucionários metem ombros, a tarefa urgente da classe operária de todos os explorados e oprimidos é avançar com força, é avançar com garra, é organizar com energia, é unificar com unidade, é lutar para derrubar do poleiro a burguesia, é lutar para varrer o capitalismo da nossa terra e criar poder operário e popular, para com a vontade dos nossos corações e com a firmeza dos nossos punhos fechados construir o Socialismo, a caminhar com determinação e alegria para o Comunismo.

Moção de apoio

aos trabalhadores espanhóis

Perante a luta heroica que os povos da Catalunha, do País Basco, e da Galiza travam pela sua libertação nacional;

Perante a crescente e indomável luta do povo espanhol contra a ditadura;

Perante a luta dos trabalhadores de toda a Espanha contra a exploração capitalista;

A população presente no Comício do M.E.S., na cidade do Porto manifesta às organizações democráticas e revolucionárias que conduzem essas lutas a sua solidariedade internacionalista, na certeza de que o poder dos opressores e exploradores está ferido de morte, não tardando a ser derribado.

Vivam as Lutas dos Povos de Espanha!

Viva a Luta Comum dos Trabalhadores Portugueses e Espanhóis!

Viva a Luta dos Explorados e Oprimidos de Todo o Mundo!

NO PORTO

Empregados administrativos

— uma posição especial

A posição dos empregados administrativos no processo de produção como trabalhadores não produtivos, isto é, que não criam mais-valia, é relativamente privilegiada quer pelos seus salários quer pela natureza das suas tarefas, determina-lhes uma **situação de classes distinta do operariado e do campesinato**, com efeitos relevantes nos níveis político e ideológico, comparáveis aos da pequena-burguesia tradicional. Como fracção de classe instalada entre a burguesia, detentora dos meios de produção, e o operariado, tende a apresentar uma ideologia específica, caracterizada no essencial pela ambiguidade e pelo compromisso entre as ideologias burguesas e operárias.

É, em consequência, terreno fértil para o oportunismo político, entendido como prática do colaboracionismo de classes, assim como, por parte dos seus elementos mais radicais, para o «esquerdismo infantil e inconsequente». Os seus dirigentes estão sujeitos, muito mais acanhadamente do que os do operariado, à corrupção e à cumplicidade com o patronato, constituindo-se, com facilidade, em «aristocracias».

Nas empresas em que os empregados administrativos coexistem com os operários, sobretudo quando estes são numericamente dominantes, as suas lutas poderão (e deverão quando consequentes) ser conduzidas de forma subordinada. Nestas condições, os interesses comuns de uma mesma exploração pelo patronato favorecem, em certos casos, a adesão dos empregados administrativos a formas correctas da luta e à solidariedade com os operários. Nas empresas de serviços onde predominam ou, mais frequentemente, apenas existem trabalhadores administrativos, os conflitos e os processos de resolver são profundamente diferentes.

Essa diferença é, simultaneamente, visível nas reivindicações e nas formas de luta. Quanto às primeiras, concede-se com frequência uma importância, às reivindicações qualitativas (nos salários que não é comum nas fábricas e que se explica pela situação de relativo privilégio dos empregados administrativos no seio das classes exploradas).

As formas de luta diferem, igualmente, das lutas operárias, pelo carácter de colaboração (o «bem comum» da empresa está muitas vezes presente), de «diálogo construtivo» entre os trabalhadores e patronato, que frequentemente revestem. O recurso à greve, admissível no entanto como legítima e justa desde que «esgotados todos os outros recursos», é menos frequente, até porque os efeitos dum greve nas empresas de serviços e a sua eficácia para paralisar a produção, são em muitas destas empresas consideravelmente menores para o patronato, economicamente menos vulnerável, portanto, do que o industrial.

UM EXEMPLO CONCRETO: A EMPRESA DE SEGUROS

Na «OURIQUE» desenvolveu-se um processo iniciado poucos dias após 26 de Abril, que passamos a descrever.

Trata-se de uma empresa com um volume de receita que representa apenas uma pequena fracção do sector de seguros; emprega cerca de duas centenas de trabalhadores e pode caracterizar-se como uma empresa média, visto que a concentração no mercado de seguros é, ainda hoje, relativamente fraca, embora se encontre nítida progressão.

Está ligada ao grupo B.P.A., o qual tem características muito particulares, que resultam de ser constituído por uma associação de vários grupos de interesses, onde quer da banca quer da indústria. A coesão entre estes grupos é fraca, tornando possível uma certa autonomia das empresas integradas, que dispõem de uma larga margem de manobra. No caso «OURIQUE», as suas ligações ao grupo têm sido tradicionalmente muito ténues.

As relações trabalhadores-patronato têm sido mediadas por uma administração paternalista e conciliadora, e praticamente isentas de conflitos colectivos abertos. As hierarquias têm desempenhado um importante papel de amortecedor, recuperando as tensões e focalizando-as numa perspectiva individual. A rentabilidade da empresa e o seu crescimento, têm permitido praticar uma política salarial mais favorável do que a corrente nas outras companhias de seguros.

AS FASES DO PROCESSO

No processo que teve lugar podem distinguir-se quatro fases. A primeira, com a duração aproximada de 3 a 4 semanas, caracteriza-se por um elevado e generalizado espírito de mobilização; numa segunda fase, que

se alongou por cerca de 2 meses, começaram a produzir efeitos as tentativas de recuperação do movimento reivindicativo; uma vez consumada a recuperação, o processo entra numa fase burocrática, a qual só começa a ser ultrapassada no fim de Novembro.

DE INÍCIO

No princípio de Maio, e como resultado indirecto do clima geral, surge espontaneamente o movimento reivindicativo, generalizado a todos os trabalhadores, incluindo por efeito de arraste os menos politizados.

As assembleias dos trabalhadores apresentavam então elevados índices de participação; falava-se, muitas vezes, na greve, caso falhassem ou outros meios de pressão sobre o patronato.

O caderno aprovado nas primeiras assembleias continha, além de aumentos de salários, reivindicações tais como: saneamento de personalidades comprometidas com o regime fascista (Gonçalves Proença, antigo ministro); constituição de uma comissão de trabalhadores para fiscalização da gerência da empresa em face dos princípios do programa do MFA.

São eleitos delegados com o fim de contactarem a administração. Esta, colhe de surpresa, cede rapidamente a todas as reivindicações, argumentando, porém, quanto àquela última, que a sua adesão ao programa do MFA tornava destituída de finalidade a comissão de fiscalização. Apela para os chefes menos desacreditados no sentido de, como trabalhadores responsáveis, esclarecerem e «colaborarem» com os seus camaradas.

A palavra co-gestão surge e encontra algum eco nas assembleias no entanto, o movimento continua ainda não controlado, e surge a ideia de ampliar os poderes da comissão de fiscalização. Como forma de o fazer, estabelecem-se os princípios de um acordo segundo o qual representantes dos trabalhadores e da administração constituiriam uma comissão com funções de tal forma extensivas que compreenderiam, praticamente, toda a gestão da empresa. Os representantes dos trabalhadores teriam o poder de vetar certos actos, nomeadamente os relativos ao pessoal (admissões, salários, despedimentos, etc.).

A SEGUNDA FASE: RECUPERAÇÃO

Em princípios de Junho, o movimento ascensional das mesmas trabalhadoras perde, momentaneamente, velocidade; a direita reorganiza-se e cada vez mais decadamente; no Governo Provisório percebiam-se as primeiras manobras spinolistas; os partidos da coligação injectavam doses maciças de tranquilizantes na classe operária.

O processo de luta na «OURIQUE» ressentia-se também com a conjuntura política.

É extremamente significativo desse desmobilização o facto de, enquanto poucos meses antes uma greve parcial de apoio e negociações sindicais tinha tido, apesar da ilegalidade, a adesão quase total dos trabalhadores, nos fins desta fase uma outra greve de solidariedade se tenha saldado por um insucesso completo.

A FASE BUROCRÁTICA

Finds a fase anterior, e acordadas as bases do funcionamento da comissão, entra-se na fase burocrática cujos traços principais são: **recuperação acabada de luta**; início do funcionamento da comissão e **cessar da tendência**, sempre presente de forma camuflada, para a co-gestão.

Nestas condições, os trabalhadores da «OURIQUE» viram-se colocados perante a alternativa de assistir impotentes à sua própria instrumentalização, através dos seus representantes, ou de impôr uma viragem decisiva. Viragem que, equivalente ao começo de um novo processo, teria de consistir na reformulação completa do processo já terminado e numa vigilância constante para evitar as ilusões de co-gestão.

A FASE ACTUAL

Nos fins de Outubro, foram eleitos novos representantes dos trabalhadores, depois de uma tentativa oportunista para conseguir a eleição de elementos que anteriormente não tinham tido qualquer participação.

Simultaneamente, foram eleitos delegados de secção que asseguram uma ligação permanente entre a comissão e os trabalhadores, já em si bastante estreita devido à realização muito frequente de plénários. Criaram-se, também grupos de trabalho com o fim de debater proble-

mas específicos e apresentar propostas. Toda esta estrutura democrática vigorou o processo e invertiu a tendência para a co-gestão.

O saneamento estendeu-se a mais dois administradores, representantes do grande capital, que se encontravam ausentes no estrangeiro, um deles desde fins de Abril e outros desde princípios de Outubro. Surgem, também outras reivindicações avançadas, tal como a conquista do horário especial e dias de estudo para os trabalhadores estudantes.

Aparente, agora claramente o papel profundamente desmobilizador dos chefes que assumindo posições descaradamente oportunistas, tentam assustar os trabalhadores com o espantinho da falência da empresa provocada por represálias por parte dos administradores saneados. O fraco grau de consciência de classe dum parte dos trabalhadores torna-os presa fácil deste tipo de palavrões, que, não obstante, acaba por ser desmascarado.

A administração toma atitudes cautelosas, pretendendo com o «precioso» auxílio de alguns leões recuperar novamente o processo, em vez de o atacar frontalmente. Ao mesmo tempo, procede a manobras táticas evitando a possível confrontação através de «oportunistas» demissões e substituições dos administradores visados pelo saneamento.

Até onde poderá conduzir este processo é impossível saber, dependendo dos avanços e recuos das lutas dos trabalhadores em geral, mas é certo que, por isso mesmo, os seus limites só podem ser rompidos ultrapassando o quadro estreito da empresa.

moção aprovada em plenário

Considerando que a existência do seguro privado de acidentes do trabalho significa a apropriação pela burguesia financeira de uma fracção da mais-valia produzida pelas classes trabalhadoras.

Considerando que, nestas condições, a exploração do seguro de acidentes de trabalho não tem outro fim que não seja a procura do lucro máximo, o que necessariamente, só poderá ser feito à custa dos justos interesses dos administrados e dos trabalhadores em geral.

Considerando o controlo que a burguesia financeira exerce sobre muitas empresas de vários sectores, através da posse nas mãos das companhias de seguros de uma enorme massa de acções, posse que resulta, em grande parte de aplicação das reservas técnicas.

Considerando as ligações muito estreitas entre os seguros e a banca, de tal forma que a eficácia de qualquer acção dirigida apenas ao primeiro sector é, necessariamente, muito reduzida.

Considerando que a nacionalização da banca e dos seguros é uma etapa na luta pelo socialismo, visto que, ao quebrar a espinha do capital financeiro, significa um avanço nesse sentido.

Considerando que a nacionalização com o pagamento de indemnizações ao patronato significa uma dupla exploração dos trabalhadores.

Considerando que ao patronato significaria uma dupla exploração dos trabalhadores.

Considerando, finalmente, que uma nacionalização que consistisse, apenas, em substituir a omnipotência do patrão privado pela do patrão Estado capitalista pouco significativamente para os trabalhadores.

Entendamos os trabalhadores da Companhia de Seguros Ourique reunidos em Assembleia.

1) Que a integração do seguro de acidentes do trabalho no sistema de segurança social tem de se enquadrar no âmbito da nacionalização dos seguros e da banca.

2) Que esta nacionalização terá de consistir na expropriação sem qualquer indemnização;

3) Que a nacionalização e a gestão das companhias de seguros e dos bancos terá de se efectuar sob controlo e fiscalização dos trabalhadores, directamente e através das suas comissões representativas;

4) Que estes objectivos constituem apenas uma etapa na luta dos trabalhadores pela tomada do poder político e económico, condição necessária para a construção do socialismo.

Resolvem, também:

1) Lutar pelos meios ao seu alcance para a realização daqueles objectivos;

2) Lutar, particularmente, contra o despedimento ou a transferência dos seus camaradas do Ramo de Acidentes do Trabalho;

3) Apelar para a solidariedade de todos os explorados;

4) Divulgar esta moção pelos órgãos de informação e pelos trabalhadores de seguros (em geral).

— Aprovado por maioria (com três abstenções e nenhum contra)

por um ensino ao serviço dos trabalhadores

O POVO QUER O LICEU

O povo do concelho de Póvoa-a-Nova quer o liceu.

O povo do concelho de Póvoa-a-Nova quer que os seus filhos possam estudar do 1.º ao 7.º ano.

O povo do concelho de Póvoa-a-Nova não quer continuar a ter de pagar \$50000 por mês, para que os seus filhos possam tirar o 6.º e 7.º anos.

O povo do concelho de Póvoa-a-Nova quer que os seus filhos não sejam obrigados a ir para Castelo Branco para poderem tirar o 6.º e 7.º anos.

E o povo do concelho de Póvoa-a-Nova quer tudo isto porque a isso tem todo o DIREITO.

Mas há quem não esteja de acordo com isto. E porquê?

os tachos...

Porque havia alguém que estava habituado a receber em casa muitos cabritos, presuntos e alcôas cheias.

Porque havia alguém que participava nos banquetes em que eram comidos os cabritos, presuntos e galinhas que o povo levava a casa do tal senhor.

Porque havia alguém que recebia os \$50000 que o povo pagava por mês para que os seus filhos pudes-

sem tirar o 6.º ano.

Porque havia alguém que tinha e por enquanto continua ainda a ter tachos de 9 e 10 contos por mês por der 30 ou 32 horas de aulas por semana.

foi o povo quem construiu o edifício

Mas, como tudo isto está a chegar ao fim como reagem estes senhores? Organizando uma campanha de boatos, calúnias e ameaças que espalham nos sete ventos, contra o M. F. A., a Comissão de Gestão do Liceu e as pessoas que cheias de boa-vontade procuram defender os interesses do povo.

Quanto à situação actual no Liceu Nacional de Póvoa-a-Nova muita mentira os tais senhores têm espalhado.

Dizem, esses senhores, que o edifício foi roubado à Diocese.

Mas afinal quem é que construiu esse edifício?

Esses senhores sabem que foi o povo, mas andam a dizer que o povo só deu 300 contos, e que a Diocese deu 3000, apesar de sabermos perfeitamente que o bispo de Portalegre disse ao sr. vigário, no fim do mandato com que esses se-

nhores terminaram a festa do lançamento e bênção da primeira pedra do Colégio:

«... Padre Alfredo, Nossa Senhora de Fátima não faz tudo. É preciso pedir, pedir e pedir outra vez. Mas a quem é que se pediu? Esses senhores esquecem-se», agora, que nesse altura já havia povo.

Mas, «esquecem-se» também que o sr. Vigário informou o bispo de Portalegre em carta de 12 de Março de 1968 que está à altura em que foi «concedido» de director do Colégio, a mesma altura já o Colégio estava totalmente construído, não sacrificou à Diocese qualquer dinheiro dos seus cofres, antes pelo contrário, foram os paróquianos da paróquia de Póvoa-a-Nova, residentes dentro e fora dela, que com todos os sacrifícios contribuíram com o dinheiro necessário para a construção de obra, a tal ponto que quando a obra foi acabada ainda existiam 100 contos que foram confiados à Diocese.

É esta a verdade nua e crua! E não são esses senhores boateiros e mentirosos que vivem a verdade do avesso.

Esperamos também essas senhoras o boato de que no Liceu Nacional de Póvoa-a-Nova anda tudo

na pouca vergonha e que aquilo é uma bandalheira, que os alunos não vão às aulas, etc., etc.

Ora isto é absolutamente falso e é preciso que todas as pessoas o saibam. Reconhecemos que têm havido algumas falhas apesar das esforços das pessoas que dirigem o Liceu.

de quem é a culpa?

Mas afinal de quem é a culpa de os alunos não terem tido todas as aulas?

Se informarmos o povo de que alguns professores faltam às aulas durante dias inteiros por motivos sem sentido e puramente pessoal, como por exem-

pio ainda ontem aconteceu quando 3 professores, só pará se despedirem da antiga professora de inglês que preferiu ir-se embora a colaborar connosco na luta pela criação do Liceu, falaram às aulas durante todo o dia. Fizeram assim com que muitos alunos que deveriam ter tido 4, 5 ou 6 aulas, durante o dia, só tivessem uma ou duas, sendo impossível que os alunos ficassem durante horas e horas seguidas nas aulas sem professor.

E, de novo, voltamos a perguntar: de quem é a culpa de os alunos não terem tido todas as aulas?

Do claro, reacçãoário que não quer perder posições de chefe para malhar poder manipular o povo.

Enfim, dos senhores que querem o regresso ao 24 de Abril.

Na luta pela criação do Liceu em Póvoa-a-Nova. O Povo vencerá.

A COMISSÃO DE GESTÃO DO LICEU

Belmonte: nacionalização do colégio

O colégio de Belmonte funciona num edifício que dadas as condições miseráveis dos edifícios do ensino particular, reúne o mínimo de condições satisfatórias para o cumprimento da sua função.

Esse edifício, é propriedade dum importante «escritório» de Belmonte, e como o alvará de ensino está passado em nome de outro sócio, dado que se desentendaram os sócios o colégio passou a funcionar a partir de 73/74, em instalações improvisadas enquanto era encerrado a referida edifício, que por ter sido especificamente construído para o efeito de «exploração do ensino» satisfaz muito melhor as necessidades e anseios dos estudantes.

Um camarada, instrutor de ginástica na localidade

denunciou num relatório ao ENDO, a inutilidade das instalações desportivas encontradas em evidente contradição com as carências, cuja existência todos os conhecemos e tornou também pública essa contradição na sessão do esclarecimento do M. F. A. em Belmonte.

O escândalo de tal situação os prejuízos materiais que majorem a «sensibilidades» do proprietário, e ainda o ruído que este tem de legalização do encerramento, levaram o «escritório» capitalista, de conivência com alguns reacçãoários ex-professores do colégio a tentarem manobrar os estudantes, no sentido do seu regresso ao antigo colégio, para aproveitar oportunisticamente a circunstância, forçarem a sua legalização e assim retomarem a exploração do

ensino em seu benefício.

Os estudantes, no entanto, aperceberam-se da manobra e ocuparam as instalações negando a entrada a todos as pessoas estranhas à sua vida escolar até à resolução em seu verdadeiro benefício, do litígio a que são necessariamente estranhos.

Contra as forças e as manobras do capital, o esclarecimento e a determinação dos estudantes e da população que com eles se solidarizam.

O núcleo de Covilhã do M. E. S. apoia e alia-se à luta dos estudantes na criação de contra poderes, capazes de destruir mais uma das manobras reacçãoárias do capital.

Pela oficialização e nacionalização do colégio.

C.BRANCO

Centro de Alfabetização

As 47 pessoas que desde Outubro passado trabalham no Centro de Alfabetização de Castelo Branco, escola verdadeiramente do povo, depois de trabalho árduo para conseguirem conquistar a cultura e instrução que o governo fascista através das suas declaradas intenções de manter o povo num analfabetismo que só um governo inqualificável beneficiava, vêm agora, quando já preparadas para atingir o exame da quarta classe, que afinal nem tudo mudou neste País depois de 25 de Abril.

Assim verificamos, com tristeza, que para se fazer o dito exame, é necessário para além de outras despesas um selo fiscal de 250\$00.

As pessoas para as quais esta quantia representa um pesado encargo para a sua vida familiar já que a maioria os seus ordenados

são o mínimo nacional e até em alguns casos ainda inferior, sentem esta exigência como um autêntico atropelo às intenções primeiras do M.F.A. que, no seu programa, declara pretender melhorar as condições para que os trabalhadores consigam, para além do trabalho, conquistar a cultura e a instrução a que têm direito.

Perguntámos: as professoras que fazem estes exames necessitam do dinheiro dos trabalhadores para lhes pagarem o seu serviço? Sabemos que não. Na verdade, aquelas que se deslocam de outras localidades para executarem tais funções têm ajudas de custo.

exigências

Então, como se justifica tal exigência? Será

que os trabalhadores para além de lutarem por um Ensino a que desde há muito têm direito, terão ainda que pagar por aquilo que lhes negaram?

não pagaremos!

O M.E.C. (Ministério de Educação e Cultura), a Direcção-Geral de Educação Permanente, as Direcções Escolares e certos professores, não serão eles os verdadeiros devedores, para com os trabalhadores?

Queremos um Ensino democrático! E por isso, exigimos a imediata abolição de todos os pagamentos inerentes a exames de adultos. Das duas uma ou os trabalhadores são respeitados, ou não. E se não o forem, não há, nem poderá haver, nunca democracia.

NÚCLEO DO M.E.S. DE CASTELO BRANCO



AÇORES que futuro?

Recentemente e durante oito dias dois militantes do M. E. S. visitaram três ilhas do Arquipélago dos Açores — Terceira, S. Miguel e Santa Maria. Do que foi a sua viagem de trabalho, do que disseram, viram e ouviram deram conta no nosso jornal a partir deste número. Tratou-se de mais uma jornada de trabalho entre militantes que dentro da mesma organização — lá e aqui — lutam pelos mesmos objectivos. A partir do trabalho que vimos desenvolvendo nestas três ilhas procuraremos atingir as restantes seis que completam o conjunto do Arquipélago. Temos desenvolvido a nossa implantação essencialmente no seio da classe operária e dos camponeses pobres. Por inter-

médio da Rádio Club de Angra, do Emissor Regional da Emissora Nacional em Ponta Delgada e no Club Asas do Atlântico em Santa Maria, expressamos os nossos pontos de vista em entrevistas a mesas redondas escutadas em todo o Arquipélago e que cobriram os mais importantes problemas com que se debate a classe trabalhadora na sua luta pelo socialismo. Hoje, trataremos da presença estrangeira no Arquipélago, um dos espinhos cravados no povo português pelo fascismo e capitalismo nacional e internacional. Por exemplo e sobre a questão da presença americana na Base das Lajes na ilha Terceira, referiremos a posição dos P. S. P., P. P. D., P. C. P., C. D. S., P.

P. M. e M. D. P./C. D. E. a partir da resposta a um inquérito publicado no n.º 4 da revista POPULUS — revista que se publica em Lisboa e se dedica aos problemas Açoreanos. Tais posições denotam uma característica comum: evitar atacar a batata quente que é a presença de Portugal na NATO e a consequente dependência do imperialismo americano.

«Que pensa o partido da primazia dos americanos na Base das Lajes?»

Partido Socialista Português — Trata-se de um problema fundamentalmente político, mas que pode ser observado sob o ponto de vista económico. O programa do M. F. A. diz que temos de manter as alianças existentes e, por outro lado, mesmo que quiséssemos, não teríamos força para os

mandar embora. Fica-nos, no entanto, o aproveitamento económico da sua permanência: os americanos terão de pagar pelas instalações utilizadas. Isso terá de ser negociado com vantagens, de modo a beneficiar as estruturas económicas locais do povo açoriano.

Partido Popular Democrático — Neste momento está a desenvolver as negociações sobre a utilização da Base. O programa do Movimento das Forças Armadas estipula a fidelidade aos compromissos assumidos e, presentemente é esse o Programa que serve os interesses de Portugal. A tudo isso posso apenas acrescentar que, se for o P. D. a ganhar as eleições, a nossa política será baseada no sentido de contribuímos para o desenvolvimento e desenvolvimento mundiais.

Partido Comunista Português — O Partido tem uma posição conhecida quanto à existência das bases militares es-

trangeiras em território nacional. E, por conseguinte, também o caso das Lajes.

Consideramos, no entanto, embora se siga a situação cuidada, que não é um problema que imponha resolução imediata. Pensamos que ele deve ser resolvido no quadro geral das novas passadas a dar a dar a via de segurança económica.

Partido do Centro Democrático Social — Encaramos a Base das Lajes como uma base da N. A. T. O. e não como uma base exclusivamente americana. Nesse sentido, a nossa posição está relacionada com o facto de o Partido aderir à vinculação Portugal à N. A. T. O., enquanto persistir o Pacto de Varsóvia.

Partido Popular Monárquico — Neste momento, para a economia do País, talvez seja conveniente eles lá ficarem por mais algum tempo. No entanto, compete ao Governo negociar essa condição, em moldes verdadeiramente rentáveis para Portugal, restando sempre o património moral, espiritual e cultural da população açoriana.

M. D. P./C. D. E. — Somos pela dependência nacional e por que se ponha termo à submissão do País aos maneios e interesses do imperialismo.

O M. D. P. F. luta pela instauração de um Estado amplamente democrático, que assegure a esses princípios e avançar para uma efectiva política externa, independente e de cooperação com os povos de todo o mundo. No conjunto das tarefas nacionais, no conjunto dos grandes problemas a que urge dar resposta, no conjunto das grandes directivas de acção do Governo e, portanto, a massa, não pode ficar, quanto a nós, neste momento, a questão das bases estrangeiras. É preciso ter os pés assentes na terra e não travar batalhas antes do tempo, ou em más condições.

O programa do M. F. A. implica o cumprimento e o respeito dos tratados assumidos, e pensamos que, a respeito da base das Lajes o que se tem por já necessário é assegurar que antes de uma decisão do Povo Português sobre o assunto, não se deverão formalizar compromissos muito longos, para os não termos da sustentar contra-vontade.

Quanto a nós não seria necessário, nem benéfico para o País, hostilizar desnecessariamente o imperialismo, colocando o problema da base das Lajes frente a todos os outros imensos problemas do País.

Muito se tem falado sobre os benefícios económicos, resultantes da renda paga pelos americanos pela utilização da Base, mas que o diga o povo da Terceira ou o povo Açoreano que nunca foi consultado para nada. Garantam-se empregos aos trabalhadores das instalações militares e às suas famílias e reconverta-se a sua utilização.

Do Programa Político do M. E. S. — «Em Portugal, portanto, lutar por objectivos anti-imperialistas é também lutar por objectivos antipatrialis-

tas, pois, na situação actual, isso implica claramente atacar o próprio poder da burguesia nacional e uma perspectiva socialista.

Assim, o M. E. S. entende como um dos seus aspectos mais importantes de actualização a mobilização popular no combate ao imperialismo e às várias facetas que utiliza.

Contra a presença de Portugal na NATO e contra a presença da NATO em Portugal.

— Pela efectivação de campanhas contra a existência de bases militares estrangeiras em Portugal.

— Pela vigilância popular em relação à acção da CIA e Portugal.

Pela denúncia das consequências para os trabalhadores portugueses da integração de Portugal no Mercado Comum Europeu.

Lista de algumas, conhecidas, instalações militares em quatro ilhas do Arquipélago dos Açores:

SANTA MARIA

1. Polígono de Acústica Submarina — serve para detectar tudo o que se passa no fundo do Oceano;

2. Estação LORAM — integrada na NATO;

3. Instalações do Pico do Alto — ponto mais alto da ilha, vedado ao público, parecendo desabitado mas com aparelhagem técnica moderníssima;

4. Montagem já concretizada de Sistemas de Bóias Oceanográficas, ditos de «Meteorologia»;

São Miguel

6. Depósitos POLNATO em Ponta Delgada;

6. No cal do porto de Ponta Delgada há uma parte para acatagagem de navios da NATO;

7. Centro de Comunicações NATO ligando os quartéis-generais da NATO aos Estados Unidos da América do Norte.

Terceira

8. Base Aérea das Lajes;

9. Porto de Praia da Vitória que será provavelmente beneficiado pelos Estados Unidos da América do Norte, para maior amplitude de operações.

Flores

10. Estação Telemédica Francesa — para ensaio de missões francesas;

11. Plata para aviões construída pelos franceses;

12. Próxima instalação de uma Estação de Escuta, tipo Polígono de Santa Maria, pela NATO.

O Povo Açoriano é pois um povo espiado na sua própria terra.

Os Açores têm sido um dos locais preferidos para a CIA e toda a espécie de Mafias para vigiar a Europa e o Mundo.

(Continua no próximo número)

Esclarecimento devido

No esforço de contribuir para tornar públicas as lutas dos trabalhadores corra o nosso jornal, como outros que se esforçam no mesmo sentido, ainda que com diferentes métodos políticos, o risco de transcrever afirmações, seja extraias doutros textos seja por entrevistas, que afinal se prove não merecerem confiança. Por isso há que encerrar, ao mesmo tempo com naturalidade e seriedade os esclarecimentos necessários. Eis o que fazemos no presente caso.

1. A páginas 5, do número seis, de 20 de Novembro de 1974, com o título «Sobre os Sindicatos» e tendo como título genérico «O Poder Operário» publicou a «Esquerda Socialista» numa entrevista com o sr. Leopoldo Farinha, presidente do Sindicato das Contínuas e Porteiros, a propósito dos problemas que mais se fazem sentir naquele sector profissional.

Dada a gravidade das calúnias levantadas nessa entrevista contra os três dirigentes daquele Sindicato, signatários da presente carta, os mesmos remetaram à «Esquerda Socialista», com o pedido de publicação, que leve lugar nas vossas colunas a páginas dois do número oito, de 4 de Dezembro de 1974, uma carta em que se aduzia que o sr. Leopoldo Farinha esclarecesse concretamente a quem se referia nas alusões caluniosas que levantava.

2. O sr. Leopoldo Farinha até hoje não responder à nossa carta de 25 de Novembro acima reproduzida.

3. Diz aquele Senhor aguardar «... confirmação oficial das fontes suspeitas que tomou de ter sido informado da P.I.D.E.» de um «... dos tais elementos da Direcção...»

Pela forma propositadamente inábil como o sr. Leopoldo Farinha denuncia publicamente o signatário Hortêncio Ferreira Rodrigues (porque nem é mulher, nem é jovem) de ser a pessoa sobre quem recaem as «fortes suspeitas de ter sido informado da P.I.D.E.» e dada a demora do sr. Leopoldo Farinha em esclarecer esta grave acusação, inserimos uma fotocópia da Declaração passada pela Comissão de Extinção da D.G.S./L. P. sobre o assunto e cuja publicação textual solicitamos para completo esclarecimento dos leitores desse Jornal que têm o direito a sobre o assunto serem devidamente e honestamente informados e, ainda, a levar mas já impossível tentativa da recuperação da boa fama deste trabalhador que tão injustamente foi publicamente difamado.

Embora reputemos de grave que um Jornal como o vosso, que tão fortes responsabilidades pretende ter junto dos trabalhadores, dê acolhimento a tão graves acusações, sem cuidar

de se certificar da sua veracidade, no que a «Esquerda Socialista» diz respeito, damos o assunto por encerrado.

Relativamente ao sr. Leopoldo Farinha, este talvez venha a aprender no banco dos réus a moderar o seu verbalismo barato.

4. Passamos por cima das confusas concepções sindicais do sr. Leopoldo Farinha porque, certamente, os leitores esclarecidos — e, sobretudo, os trabalhadores — facilmente se aperceberam que aquele sr., pelo menos no campo sindical, navega no mar da confusão, nomeadamente quanto a verticalismo e horizontalismo sindical.

5. Não podemos deixar contudo em branco o que já não é fruto de concepções sindicais, tal como o que se refere ao nosso não apoio à integração dos Porteiros dos prédios particulares ou da Salda das Sorventes de Lima e dos Contínuos do nosso Sindicato, para outros, afirmações completamente falsas e que bem sabe não poder provar.

6. O sr. Leopoldo Farinha parece não querer dizer qual das quatro pessoas (os signatários e «... o cabecilha da Comissão de RTP») procedeu ao «arrombamento de gavetas em consequência do que desapareceram documentos de despesa...»

Ainda não esclareceu isto e, também, não respondeu aos restantes pedidos de esclarecimento.

Não respondeu, mas caluniou!

Porque não responde?

Quem está seguro da verdade do que diz não deve ter o receio de apresentar provas das afirmações falsas.

Quem mente publicamente, tem o dever moral de se retratar.

Esta, não é a prática da moral burguesa, mas terá que ser a prática da moral revolucionária.

Por coerência, reputa-nos não aceitar serem os tribunais o local de esclarecimento desta questão. Porém, se o sr. Leopoldo Farinha se recusar a reconhecer, por escrito, que mentiu, de forma que possa ser publicado nas colunas do vosso jornal, local que deu guarida às mentiras em questão, à falta de procedimentos revolucionários adequados entregaremos o assunto à Polícia Judiciária.

7. Juridicamente, quem tem de provar a acusação feita é o sr. Leopoldo Farinha, pois estamos na posição de acusados e ofendidos.

Aqui lhe deixamos o respo para provar, por factos e documentos, as graves e caluniosas acusações feitas.

Se o não fizer, reservamo-nos de oportunamente pedir à «Esquerda Socialista» para, no caso de recurso aos tribunais, darem publicidade à acção do julgamento.

8. Por que sob a capa de intenções inconfessáveis se está a tomar hábito a prática de difamar pessoalmente dirigentes e militantes sindicais nomeadamente, militantes do M.E.S., consideramos dever chamar a atenção do jornal «Esquerda Socialista» para que não colabore, também, neste tão nefasto tipo de acções que só contribui para a desorientação e desunião.

Carlos Manuel Alves Trindade, Hortêncio Ferreira Rodrigues, Maria das Dores Lopes.

“PLANO ECONÓMICO” (I)

gerir o capitalismo à custa dos trabalhadores

O programa de política económica e social do Governo Provisório recentemente publicado representa um passo que, juntamente com as eleições burguesas para a Constituição, pode contribuir decisivamente para a recuperação política e económica, pela burguesia, das posições perdidas.

Considerando fundamental a crítica a este «Plano Económico» que pode muito bem transformar-se num instrumento ao serviço da reconversão capitalista da economia portuguesa — o M. E. S. desde o início alter-

tou os trabalhadores para o que poderia representar este «Plano Económico» e desenvolveu acções concretas de defesa de medidas concretas de resolução dos problemas mais imediatos dos trabalhadores e de efectivo ataque ao poder do capital. Iniciamos, neste número, a publicação de uma série de artigos sobre o mesmo.

Acerca da versão original do Plano, que posteriormente, sofreu algumas alterações, elaborámos, a pedido do Governo Provisório, um documento de que transcrevemos a seguir os pontos fundamentais.

As opções do plano

Ao apreciarmos a proposta global subjacente ao «programa» não podemos deixar de notar uma certa contradição interna entre os pressupostos políticos e objectivos a atingir, na medida em que alguma esperança aberta pelos dois primeiros capítulos, o completamente ludibriada pelos restantes, que são os decisivos. Quer dizer, o «Programa» acaba por propor e pressupor a opção que neste momento melhor serve os interesses da burguesia dominante e assim adopta, não um plano de transformação de uma sociedade, que é imperioso modificar, mas um projecto

de gestão do capitalismo em Portugal.

Tal opção caracterizar-se-ia, no aspecto político, pela implantação de um regime autoritário de fachada democrática, para o que a realização das próximas eleições viria a ser uma peça importante.

No aspecto económico esta opção caracterizar-se-ia pela reconversão da economia portuguesa feita à custa dos trabalhadores articulada com dois outros fenómenos fundamentais: por um lado uma aceleração de concentração do capital e do poder económico nas mãos dos grupos financeiros e do Estado (Es-

tado igual a novo grupo económico) e, simultaneamente, a um aumento da dependência externa.

No aspecto militar que, nas actuais circunstâncias extremamente políticas, esta opção pode implicar a curto ou a médio prazo, e de semicautela e enfraquecimento progressivo do M. F. A. pela sua dissolução na hierarquia, o que podemos chamar como «normalização» das F. A.

Muitas das propostas e aspectos que contém não são aplicáveis à realidade portuguesa: são-lhe sim, num país (uma democracia à europeia, nórdica, talvez?) onde tivessem sido já institucionalizadas, num processo histórico longo de formação do capitalismo ecorrential, os instrumentos de mediação da luta de classes: eleições, sufrágio universal, parlamen-

tos, vida sindical e partidarizada tendo-se já constituído em parte do «poder burguês», etc.

Por outro lado o «Programa» parece esquecer que a economia portuguesa está inserida num mercado mundial onde dominam as leis capitalistas do mercado pelo que, as suas afirmações de independência económica não poderão passar de uma declaração de boas intenções desenvolvimentistas que a inserção no sistema imperialista não permite concretizar. Só numa ruptura que significasse uma não submissão a essas leis capitalistas pode permitir atingir alguns dos objectivos formulados.

Este «Programa» não é, assim, no nosso entender, mais do que um programa de gestão capitalista e de modernização da economia capitalista.

Medidas concretas de ataque ao poder económico

Entendendo que o que está em causa é a tomada de um conjunto de medidas concretas de resposta às questões essenciais que se põem às classes trabalhadoras, entendemos que tais medidas deverão, na fase actual, orientar-se pelas seguintes premissas:

a) o poder económico não se controla, mas ataca-se pelo desmantelamento efectivo dos pontos essenciais de apoio;

b) os despedimentos e a inflação não se atenuam e consistem, mantendo e intensificando aquilo que o governo e a classe económica capitalista da sociedade portuguesa quer;

c) o défice da balança de pagamentos, não se reduz sem combater a dependência externa que é a sua origem e sem criar um novo sistema de relações económicas internacionais;

d) as conquistas do 25 de Abril e do 28 de Setembro não se consolidam mantendo intacta a base económica do fascismo, nem tentando instaurar um regime de democracia burguesa formal;

e) na actual fase a garantia da continuidade do processo aberto pelo 25 de Abril e qualitativamente modificado no 28 de Setembro encontra-se no reforço da iniciativa popular articulada com medidas concretas,

económicas e políticas, tomadas pelo M. F. A. e executadas pelo Governo Provisório, que combatam a crise económica em curso;

f) o controlo dos trabalhadores sobre o Estado, faz-se através da sua organização, da construção de efectivos contrapoderes nos locais de trabalho e de vida, e da construção de uma alternativa política global à actual sociedade, neste sentido deve entender-se a nacionalização não como simples tomada de capital pelo Estado, onde a luta de classes se dilui, mas como locais privilegiados onde novas formas de poder operário tomam expressão;

g) a adopção de «medidas socializantes» não se confunde com o apoio estatal à acumulação privada de capital, mas sim com a necessidade de a economia se encontrar voltada para a resposta às necessidades colectivas fundamentais do Povo Português;

h) um regime de democracia burguesa formal em Portugal, só transitoriamente é possível: ou tomba inevitavelmente num autoritarismo de fachada democrática ou permite o aprofundamento das contradições sociais da moída a permitir um período transitório para o socialismo.

Reconstrução nacional ?

Assim entendemos que não se trata, neste momento, de reconstrução nacional, mas de reconstrução na edificação de uma nova sociedade. Para que o processo de democratização e de descolonização abertos pelo M. F. A. no 25 de Abril seja levado até às suas últimas consequências trata-se de transformar políti-

ca, económica, cultural e socialmente este País e não reconstruir o que quer que seja, seja reconstruir o poder económico da burguesia (afectada pela descolonização e pelos aumentos salariais), o seu poder político, o seu domínio ideológico e cultural. Reconstruir significará sempre encontrar novas formas

ENCONTRO NACIONAL de PROFESSORES

promovido pelo MES



8 de março - Lisboa

Este encontro, aberto a todos as professoras interessadas, tem a seguinte ordem de trabalhos:

1. A Escola
1.1. A função da escola na sociedade capitalista, nomeadamente no momento actual da sociedade portuguesa (grupos e ramos de ensino, rede escolar, programas, métodos, organização do espaço escolar, etc.)

1.2. A situação política e os projectos globais para os aparelhos escolares.

1.3. A escola ao serviço das classes trabalhadoras: por um programa anticapitalista da educação (abertura da escola ao meio, gestão, organização do espaço escolar, etc.)

2. Sindicalismo
2.1. Análise do processo sindical desde o 25

de Abril.
2.2. Definição de uma linha de acção sindical anticapitalista (propostas concretas da organização sindical, alargamento da intervenção sindical, democraticidade sindical, etc.)

As inscrições podem ser feitas pelo telefone 607127, das 15 h às 20 h e das 22 h às 24 h todos os dias úteis, ou na Av. D. Carlos I, 146-1.º D. Lisboa, com o mesmo horário.

Os professores interessados em receber as comunicações deverão inscrever-se até no dia 3 de Março inclusivo.

Para fazer face às despesas, cada professor contribuirá com 50\$00.

Núcleo de Professores do M. E. S. de Lisboa

de dominação e de exploração dos trabalhadores e do Povo Português. O processo aberto pelo 25 de Abril e continuado pelo 28 de Setembro tem de ser feito contra os que serviriam o fascismo, isto é, tem de ser feito contra todos os que se opõem a uma economia voltada para o mercado interno e para a satisfação das necessidades colectivas fundamentais, a uma economia que sustente uma permanente melhoria das condições de trabalho e de vida dos trabalhadores portugueses a uma economia que diminua o grau de dependência externa. Tem de ser feito contra todos os que se opõem à liberdade de discussão, organização, reunião dos trabalhadores. Tem de ser feito contra os detentores do capital financeiro e do grande capital industrial, dos latifundiários e grandes capitalistas agrários, contra todos os capitalistas (pequenos, médios ou grandes) que sabotam a economia e contra todos aqueles que através de organizações ou nas Forças Armadas representam aqueles interesses.

Só quando mostrar clara e inequivocamente através de medidas concretas, económicas e políticas, que está contra aqueles e do lado dos trabalhadores, o Governo Provisório pode pedir a confiança do Povo Português. Antes disso será uma mera aposta que poucos se mostrarão interessados em fazer, e que com o desmoronar da crise económica ainda ficará mais reduzidos.

A estratégia antimonopolista, ao contrário do que é exposto no «Programa de Política Económica-Social», não consiste no controlo e orientação do poder económico, mas no ataque ao poder económico, na sua desarticulação política já se viu que os seus detentores não estão interessados no processo político em curso, nem é possível resolver os problemas fundamentais da economia portuguesa, mantendo o actual poder económico pois é das características deste poder económico que deriva a actual situação. Mais do que atacar aqueles que serviram o fascismo, trata-se de atacar os que se serviram do fascismo, nomeadamente o capital financeiro.



Este Programa resulta de um longo e profundo debate político realizado no seio da nossa organização, e representa a última palavra da experiência adquirida, por um vasto conjunto de militantes, em todos os campos da luta anticapitalista, da luta dos trabalhadores.

O Programa que se apresenta não constitui um conjunto acabado de premissas rígidas e dogmáticas, mas um instrumento de luta alçado à face actual da conjuntura da classe, dotando-se de contribuir para impulsionar e aprofundar a luta das classes trabalhadoras numa perspectiva anticapitalista. Nesta medida, o seu carácter dependerá dos enriquecimentos e das correções que vier o trabalho no futuro para o qual pretende contribuir.

Para que este Programa político se torne num instrumento de luta de massas é imprescindível que ele seja apropriado pelas próprias massas e por elas transformado, enriquecido e desenvolvido, fazer com que ele ultrapasse a realidade de mero programa de uma organização política, para ser um efectivo meio de criação de um poderoso movimento de massas anticapitalista, e a partir daí, para que assumam os militantes do Movimento da Esquerda Socialista.